

**O PAPEL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL RADIOFÔNICA NO CONTEXTO
ANGOLANO**

**EL PAPEL DE LA COMUNICACIÓN SOCIAL RADIOFÓNICA EN EL CONTEXTO
ANGOLÉN**

THE ROLE OF RADIO MEDIA IN THE ANGOLAN CONTEXT



Daniel Hebo Júlio BARROS¹
e-mail: danielbarrosb01@gmail.com

Como referenciar este artigo:

BARROS, D. H. J. O papel da comunicação social radiofônica no contexto angolano. **Rev. Sem Aspás**, Araraquara, v. 14, n. 00, e025007, 2025. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v14i00.20125



| **Submetido em:** 25/05/2025

| **Revisões requeridas em:** 11/12/2025

| **Aprovado em:** 20/12/2025

| **Publicado em:** 29/12/2025

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga A Mbande (IPURNAM) – Angola. Sociólogo com especialização em Sociologia Comunitária pelo Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga A Mbande e Técnico Médio em Magistério Primário. Possui artigos publicados em 2024 na *Revista Temas Sociais*, da Universidade Lusófona de Lisboa, Portugal.

RESUMO: O artigo analisa o papel da comunicação social radiofônica na sociedade angolana, destacando o desconhecimento, por parte de muitos cidadãos, dos princípios que regem os órgãos de comunicação social. A pesquisa envolveu ouvintes das rádios Malanje, RNA, Eclésia, Despertar, Ouvinte, Correio da Kianda, Luanda, Uíge e Rede Girassol, em cinco províncias: Malanje, Kwanza Norte, Uíge, Kwanza Sul e Luanda. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo-explicativo, de natureza mista, com uma amostra de 75 ouvintes, correspondente à totalidade do universo estudado, recorrendo à estatística e à análise de conteúdo. A fundamentação teórica baseia-se na perspectiva estrutural-funcionalista de Talcott Parsons. Os resultados indicam que os problemas sociais são pouco noticiados: 32% afirmaram que sim, 28% que não, e 40% que apenas algumas vezes. Conclui-se que a rádio informa, educa e fortalece a democracia, ressaltando-se a necessidade de inovação programática e de diversificação analítica contínua.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutural-funcionalista. Comunicação social. Comunicação radiofônica. Evolução histórica.

RESUMEN: Este artículo analiza el papel de la radiodifusión en la sociedad angoleña, destacando el desconocimiento, por parte de muchos ciudadanos, de los principios que rigen los medios de comunicación. La investigación involucró a oyentes de las radios Malanje, RNA, Eclésia, Despertar, Ouvinte, Correio da Kianda, Luanda, Uíge y Rede Girassol, en cinco provincias: Malanje, Kwanza Norte, Uíge, Kwanza Sul y Luanda. Metodológicamente, se trata de un estudio descriptivo-explicativo de naturaleza mixta, con una muestra de 75 oyentes, correspondiente a la totalidad del universo estudiado, utilizando estadística y análisis de contenido. La fundamentación teórica se basa en la perspectiva estructural-funcionalista de Talcott Parsons. Los resultados indican que los problemas sociales rara vez se informan: el 32% dijo que sí, el 28% dijo que no y el 40% dijo que solo a veces. Se concluye que la radio informa, educa y fortalece la democracia, destacando la necesidad de una continua innovación programática y diversificación analítica.

PALABRAS CLAVE: Estructural-funcionalista. Comunicación social. Comunicación radial. Evolución histórica.

ABSTRACT: This article analyzes the role of radio broadcasting in Angolan society, highlighting the lack of knowledge, on the part of many citizens, of the principles governing media outlets. The research involved listeners of the radio stations Malanje, RNA, Eclésia, Despertar, Ouvinte, Correio da Kianda, Luanda, Uíge, and Rede Girassol, in five provinces: Malanje, Kwanza Norte, Uíge, Kwanza Sul, and Luanda. Methodologically, it is a descriptive-explanatory study of a mixed nature, with a sample of 75 listeners, corresponding to the entirety of the studied universe, using statistics and content analysis. The theoretical foundation is based on Talcott Parsons' structural-functionalist perspective. The results indicate that social problems are rarely reported: 32% said yes, 28% said no, and 40% said only sometimes. It is concluded that radio informs, educates, and strengthens democracy, highlighting the need for continuous programmatic innovation and analytical diversification.

KEYWORDS: Structural functionalist. Social Communication. Radio Communication. Historical evolution.

Introdução

O artigo que se encontra à disposição enquadrado no âmbito do desenvolvimento da cultura investigativa no campo das Ciências Sociais, especialmente da sociologia da comunicação, assentando na temática: o papel da comunicação social radiofônica no contexto angolano. Em relação à motivação da escolha deste tema de investigação, constitui-se como reflexo de um conjunto de observações, informações e experiências adquiridas ao longo da vida enquanto membro desta estrutura social. No nosso cotidiano, observa-se com frequência, diversos posicionamentos dos indivíduos em relação à utilidade da comunicação social radiofônica; uns a desconhecem e outros nem tanto, polarizando assim o debate em torno do seu papel. Tal preocupação com o que nos identificamos suscita uma série de reflexões que, de uma ou de outra forma, carecem de atenção, ao ponto de que fazemos algo no sentido de percebermos, em detalhes, tal situação problematizada.

Outrossim, esta temática em Angola, geralmente, de maneira rápida se revelou como uma ferramenta fundamental para os propósitos a serem atingidos, definidos pelo nosso tecido social, nas mais variadas esferas sociais, quer políticas, culturais ou educacionais. Por outro lado, observa-se que uma boa parte dos meios de comunicação social em Angola — particularmente nas províncias onde o estudo foi realizado — constitui obstáculos em matérias de desenvolvimento sustentável e de informação, levando a polarizar o debate em torno do verdadeiro papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social. Estes têm a responsabilidade de informar, com imparcialidade, os acontecimentos que ecoam na nossa sociedade sem, porém, enveredar em discursos que denotam juízos de valor. Faz sentido, nos dias que correm, observar tantas mazelas sociais, como pobreza extrema, atos de violência, corrupção, estradas esburacadas, falta de água, saneamento básico precário etc.

Contudo os órgãos de comunicação social radiofônica que têm a missão de noticiar não o fazem ou, se o fazem, fazem-no em níveis tão diminutos que denotam certas censuras. Infelizmente, o papel da comunicação social radiofônica, no nosso contexto, é desconhecido por muitos, pois muitos dos profissionais dessa área minimizam os problemas e muitas das linhas editoriais são alvos de críticas. Isso exige do pesquisador um engajamento investigativo no sentido de obter dados tangíveis, passíveis de serem reportados documentalmente às famílias, aos jovens, às escolas e em outros recantos sociais. Dito de outro modo, os resultados obtidos explicam claramente as colocações acima apresentadas. É verdade que, ao longo da história de Angola, os meios de comunicação social radiofônicos não serviram

alheios aos diversos processos de mudança que o país vivenciou; acompanhamos as grandes transformações nos mais variados contextos sociais: históricos, culturais, políticos e econômicos.

Nos últimos anos, quando o mundo entrou em um processo de globalização alinhado ao surgimento acelerado de novas tecnologias de informação, o papel desempenhado pela comunicação social radiofônica tornou-se cada vez mais exigente e abrangente. Com a devida permissão, achou-se conveniente elaborar a seguinte questão científica: que papel é desempenhado pelos órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano? Como objetivos norteadores, apresentamos os seguintes: 1) compreender o papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano; 2) identificar os papéis desempenhados pela comunicação social radiofônica no contexto angolano; 3) descrever os papéis desempenhados pela comunicação social radiofônica em Angola; 4) e analisar os papéis desempenhados pela comunicação social radiofônica em Angola.

Para dar suporte ao estudo, fez-se recurso à teoria estrutural-funcionalista das comunicações de massa, cunhada no âmbito da Sociologia da Comunicação por Parsons (1991). Esta abordagem constitui, essencialmente, uma visão global dos meios de comunicação social em seu conjunto, com articulações simbólicas para a explicação das funções exercidas pelo sistema das comunicações de massa na sociedade, enquanto complexo formado por estruturas sociais. Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados no presente estudo, vamos primeiro definir o que é uma metodologia de investigação científica, considerada também como método científico.

Entretanto, segundo Pereira *et al.* (2018, p. 32), a metodologia “é o conjunto de regras úteis para a investigação, é um procedimento cuidadosamente modificado, visando provocar respostas na natureza e na sociedade, e, paulatinamente, descobrir sua lógica e leis”. A metodologia é importante quando se estudam específicos assuntos da nossa realidade social, tal como a comunicação social radiofônica. Assim, tendo como foco o problema e os objetivos preconizados, para a materialização desta pesquisa optou-se por uma pesquisa descritiva explicativa, baseada em uma abordagem quantitativa e qualitativa (mista), cuja perspectiva metodológica está bem fundamentada mais adiante.

Revisão teórica

O presente trabalho baseia-se na teoria estrutural-funcionalista da comunicação social. Em um primeiro momento, é apresentado minuciosamente; a posteriori, entrar-se-á numa discussão em torno dos termos e conceitos-chave da temática e de outros fundamentos pertinentes sobre a questão em abordagem.

Teorias de suporte

O presente trabalho fundamenta-se na teoria funcionalista da comunicação social, desenvolvido pelos estudiosos Émile Durkheim, Charles Horton Cooley, Robert King Merton, mas principalmente por Talcott Parsons. Preocupado em compreender o papel da comunicação social na sociedade, num primeiro momento foi apresentado minuciosamente; posteriormente, procura-se fazer uma conexão entre teoria e conceitos. Assim, o anúncio da nossa teoria de suporte servirá de base para dar maior sustentabilidade à compreensão do estudo em destaque.

Teoria estrutural-funcionalista da comunicação social

Percebe-se que a comunicação social é um conjunto de meios tecnológicos que tem a missão de difundir conteúdos em forma de símbolos para a esfera pública, onde os receptores os recebem e os interpretam de diferentes modos. Contudo, as informações, os símbolos e os conteúdos produzidos e veiculados por estes órgãos, rigorosamente, recebem o nome de comunicação social ou comunicação de massa, cumprindo um papel indispensável à vida em sociedade, tal como foram apresentados os fundamentos acima.

Nos estudos consultados verificou-se que, inicialmente, este modelo teórico parte de uma base sociológica, desenvolvido por Talcott Parsons, pois figura como a mais importante referência deste paradigma teórico. Doutorado pela Universidade de Heidelberg (Alemanha) em 1927, a mesma que Marx Weber frequentou como estudante e posteriormente como professor, essa teoria é designada também de teoria social sistêmica ou estrutural-funcionalismo, trata de uma concepção que busca analisar e explicar o papel da comunicação social, bem como a realidade social com base no funcionamento da vida social, econômica, política e cultural da sociedade humana (Bittencourt, 2014, p. 28).

No nosso entender, o desenvolvimento da teoria estrutural-funcionalista da comunicação começa pelos estudos do funcionalismo no âmbito da Sociologia, chamando a

atenção ao papel social desempenhado pelos órgãos de comunicação social. As partes são as bases para o funcionamento do todo; assim, os modos como os conteúdos são noticiados pelos órgãos de comunicação podem ser funcionais ou disfuncionais. Muitas delas causam mudanças sociais vertiginosas, considerando a força que a informação possui. Neste sentido, o papel da comunicação social, à luz deste paradigma teórico, é concebido principalmente como o de transmitir informações e garantir a coesão social.

Todavia, a análise funcionalista em relação aos meios de comunicação social concentra-se na descoberta do grau de elaboração funcional dos fenômenos sociais, que digam respeito à função exercida pelos órgãos de comunicação, como a Rádio, a TV, o Jornal, a Internet entre outras instituições sociais de cariz comunicacional. Neste sentido, é possível identificar certa proximidade do funcionalismo com o conceito de sistema, que implica uma outra maneira de pensar a estrutura social, como um organismo vivo, onde cada parte do todo desempenha função específica (França; Simões, 2017, p. 40-41).

Por conseguinte, França e Simões (2017, p. 53), “nos marcos do funcionalismo, a comunicação passa a ser vista a partir das funções que exerce no corpo social: ela existe e se justifica numa perspectiva funcional”. Por outro lado, a análise funcionalista no âmbito da comunicação social, no entender de Klapper (2015) sustenta nos seguintes dizeres: ocupa-se em examinar as consequências dos fenômenos sociais que afetam o funcionamento normal, a adaptação e o ajuste de um sistema, seja ele de ordem individual, grupal, ou sistemas sociais e culturais. A comunicação de massa, enquanto processo social já previsto e institucionalizado, constitui uma decisão adequada para a análise funcional (Gottfried, 2001).

Razão pela qual Lassell (1978), indica três funções básicas da comunicação: a vigilância sobre o meio ambiente; a manifestação das partes da sociedade; e a transmissão da herança social de uma geração para outra. Uma quarta função foi acrescentada posteriormente por Wright: o entretenimento, complementando o que seriam as principais funções exercidas pelos meios de comunicação social.

Entendemos nós que, a teoria funcionalista da comunicação faz leitura profunda sobre as funções sociais dos órgãos de comunicação social, procura ligar à análise de seu conteúdo relacionado com o quadro de necessidades de uma dada sociedade ou grupo de audiência, como é o nosso caso em Malanje. Assim, esta perspectiva teórica fundamenta as funções *como as consequências positivas para o funcionamento normal de um sistema social, quanto as disfunções como as consequências negativas, que comprometem o bom funcionamento do sistema dos meios de comunicação na sociedade*. É neste sentido que o papel da comunicação

social requer tanta atenção e cuidado do pesquisador tendo em conta as suas funções sociais, que podem ser traduzidas em funcionais ou disfuncionais.

Conceito de comunicação social versus radiofônica

À semelhança dos fundamentos acima, os apresentados aqui quanto ao conceito de comunicação social têm como base o desenvolvimento do capitalismo industrial, constitutivo fundamentalmente das sociedades modernas. Entretanto, a comunicação social é definida por Thompson (*apud* Serra, 2007, p. 143-144) a partir de quatro características fundamentais:

- a) A produção e a difusão de bens simbólicos que envolvem, nomeadamente, a codificação e a fixação dos bens simbólicos como informação, que é armazenada, distribuída e decodificada pelos potenciais destinatários. Esta transformação dos bens simbólicos em informação permite que eles se tornem indefinidamente reproduzíveis e sejam, assim, disponibilizados como mercadorias a uma massa indefinida de receptores.
- b) A cisão entre a produção e a recepção dos bens simbólicos, os meios de comunicação de massa generalizam um processo que, de fato, já acontecia com a escrita; a mediação dos bens simbólicos pelos meios técnicos em que são fixados e pelos quais são transmitidos. Este processo, que vai fundamentalmente no sentido do produtor para os receptores, implica uma indeterminação em relação às respostas destes últimos.
- c) A extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço; as comunicações de massa prolongam, neste aspeto, o que também já sucedia com a escrita e não só, dado que todas as formas de transmissão cultural envolvem uma distanciação no espaço-tempo.
- d) A circulação pública das formas simbólicas, ao contrário do que acontece com meios como telefone, as formas simbólicas transmitidas pela comunicação de massa destinam-se a uma pluralidade indeterminada de receptores, estando disponíveis para todos os indivíduos que disponham dos meios técnicos, capacidades e recursos para os adquirir; circulam, portanto o chamado espaço público.

Neste sentido, o ordenamento jurídico angolano postula que a comunicação social é o veículo através do qual a informação é transmitida ao público, enquanto define o Órgão de Comunicação Social como entidade pública ou privada, cujo objeto social é a produção, transmissão ou retransmissão de informação destinada ao público, através de meios de telecomunicações ou de publicações escritas (Angola, 2017).

Assim sendo, a comunicação social diz respeito ao desenvolvimento de meios como o cinema, a rádio e a televisão *versus* esfera pública. Não obstante, a combinação entre a comunicação e esses meios permitem fazer chegar, potencialmente, a todas as pessoas de

todos os lugares e condições, as informações, as notícias, mesmo as diversões que permitem a sua integração no todo social; nesse aspeto, à luz da teoria da informação, os meios de comunicação social atingiram uma tal importância nas sociedades modernas. Porquanto, Luhmann (*apud* Serra, 2007, p. 148) afirma que “tudo o que sabemos sobre a sociedade e ainda o que sabemos sobre o mundo, sabemos-lo através da comunicação social”. Acresce ainda, que a comunicação social não só não substituiu a interação pessoal, direta e face a face, que caracteriza o mundo da vida, como, em certa medida, trouxe novas oportunidades para essa interação. Como acontece, por exemplo, quando um grupo de amigos se encontra ao jantar para assistir a uma transmissão televisiva de um jogo de futebol, ou ainda colegas de trabalho discutem o debate difundido por uma rádio anteriormente (Serra, 2007; Franquina; Nelson, 2019).

Percebe-se que a comunicação social é um conjunto de meios tecnológicos que tem a missão de difundir conteúdos em forma de símbolos para a esfera pública, onde os receptores os recebem e os interpretam de diferentes modos. Contudo, as informações, os símbolos e os conteúdos produzidos e veiculados por estes órgãos, rigorosamente, recebem o nome de comunicação social ou comunicação de massa, cumprindo um papel indispensável à vida em sociedade, tal como foram apresentados os fundamentos acima.

Do ponto de vista histórico, a ideia de se fazer comunicação social emergiu com a criação de um mercado de escala. Inicialmente, foram os livros e os jornais que se proliferaram, acompanhando o ritmo da Revolução Industrial. Dessa forma, a demanda de massa por meios impressos aumentava, ainda que o poder aquisitivo da população não crescesse na mesma proporção nem o grau de analfabetismo diminuísse na velocidade esperada. No começo do século XX, esse mesmo quadro era visto em vários países, incluindo os Estados Unidos. Com o passar do tempo surgiram outros meios, como o cinema e o rádio, para compensar esses fatores, contribuindo definitivamente para expandir o conceito de comunicação social, comunicação de massa e/ ou meios de massa (Alves; Fontoura; Antoniutti, 2011).

À luz do ordenamento jurídico angolano, comunicação social entende-se por comunicação de massas dirigidas a um grande público heterogêneo e anônimo, a partir de empresas ou órgãos de comunicação social, que organizam e fazem interagir informação proveniente de fontes diversificadas, as divulgam através de veículos de transporte suportados na imprensa escrita ou em meios de telecomunicações que podem incluir sinais de voz e imagem (Angola, 2017). Não obstante, Caetano *et al.* (2011, p. 197) entendem que a

comunicação é “o mecanismo através do qual existem e se desenvolvem as relações humanas, onde o simples ato de comunicar é uma das formas fundamentais da existência”.

Evolução histórica do sistema de comunicação social angolano

A historicidade da imprensa angolana passa por três grandes momentos: o colonial, o pós-colonial e o atual. Durante esses períodos, assinalou-se, de fato, a transição de um regime político socialista para um democrático-liberal. De acordo com os estudos pesquisados, embasamos que a imprensa angolana nasceu quando Angola ainda era uma província ultramarina de Portugal (período colonial) em 1836, com o jornal Boletim do Governo-Geral da Província de Angola.

A respeito disso, baseando-se nos estudos do pesquisador Lopo (*apud* Hohlfeldt; Carvalho, 2012), ele divide a história da imprensa angolana em três fases:

a) Fase da imprensa independente, a partir de 1852, quando se fez a edição única do *Almanak Estatístico da Província de Angola e suas Dependências*, seguindo-se o jornal literário *Aurora*, de 1856 e, enfim, o primeiro jornal político de combate ao colonialismo, *A civilização da África portuguesa*, dos advogados António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Côrtes Mântua. Esse jornal abriu a série de periódicos eminentemente políticos que se seguiram; a esse tipo de imprensa, alguns estudiosos denominam de imprensa livre (Cruz; Silva, 2010 *apud* Hohlfeldt; Carvalho, 2012, p. 24);

b) Fase da imprensa industrial ou profissional, a partir de 16 de agosto de 1923, quando começou a circular o jornal *Província de Angola*, fundado por Adolfo Pina, ainda que o primeiro jornal com tais características tenha sido o *Jornal de Benguela*, de 1912, criado por Manuel Mesquita, primeiro a possuir tipografia própria. É importante, nesta fase, também, a contribuição de Alfredo Troni, que editou, sucessivamente, três periódicos, *Jornal de Luanda* (1878), *Mukuarimi* (1888) e *Conselhos de Leste* (1891), sendo que *Mukuarimi* foi a utilizar uma expressão angolana, que queria dizer o maldizente, o fofoqueiro;

c) Por outro lado, Hohlfeldt e Carvalho (2012, p. 25) defendem que é “necessária uma quarta etapa, posterior aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974, que se desdobraram e se concretizaram em projectos independentistas das colónias, com consequências mais do que evidentes”.

Não obstante, com a independência, alguns nomes fortes do jornalismo angolano optam por emigrar para Portugal e poucos foram os que ficaram em Angola, pelo fato de não

pertencerem aos *agentes da mudança* operada na nova comunicação social. Só ficou quem tinha identidade ideológica com o partido no poder e ativos defensores da causa independentista (Hohlfeldt; Carvalho, 2012; Vunge, 2006).

Segundo o jornalista Mateus (2003, p. 2) afirma que “os primeiros anos de independência foram férteis para sair a primeira fornada de futuros jornalistas, estes sim, saídos dos liceus e apanhados pela grande onda nacionalista.” Ao contrário do que tinha acontecido em quase todos os setores da atividade nacional, a comunicação social angolana teve razoáveis condições para a passagem do testemunho de uma geração de profissionais experientes para jovens amadores revolucionários, “que invadiam a Rádio Nacional (ex-Emissora Oficial), o Rádio Clube (RC) (emissora Católica), o jornal A Província de Angola (depois convertido em Jornal de Angola) e o Diário Popular” (Hohlfeldt; Carvalho, 2012, p. 26).

Só no início dos anos 80, as linhas de orientação passaram a esquivar-se das diretrizes partidárias e da ideia de imprensa ser uma extensão do governo. Alguns órgãos de informação como o Jornal de Angola tinham crônicas diárias que abordaram as questões cotidianas e faziam tímidas críticas de ordem moral, na rádio multiplicaram-se também os programas especializados, como os de economia, de realce da identidade nacional, da promoção da mulher e igualdade de direitos e de desportos. A União dos Jornalistas Angolanos também foi criada nesta época, que ficou marcada por um registro jornalístico muito interativo em questões sociais (Castells, 2016).

A guerra civil angolana começou logo depois da independência do país, devido à disputa de movimentos de libertação sobre quem devia governar o país, tendo terminado em 2002. Teve momentos mais e menos intensos, onde para a imprensa são de destacar a quase total restrição de informações pluralistas e o controle quase absoluto das linhas editoriais por parte do partido no poder (Hohlfeldt; Carvalho, 2012).

Atualmente, a comunicação social angolana acaba por estar novamente recrutada há um papel mais interativo, sendo que, desta vez, não ao serviço do partido no poder como nos primeiros anos da independência, mas sim pela defesa da coisa pública e dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. Com mais de doze jornais impressos, nove jornais digitais, mais de quatro canais de televisão e mais de treze rádios locais e nacionais, o atual sistema de regulamentação da imprensa demonstra-se bem mais evoluído e a ganhar corpo (Hohlfeldt; Carvalho, 2012).

No entanto, a partir desses estudos, observa-se que a relação entre jornalismo, literatura e militância independentista, frente a Portugal, caminhou junta no período da historicidade da imprensa angolana. Visto que a comunicação se define por diversas interfaces, a população desenvolveu, segundo seus costumes, diferentes modos de se comunicar, por sinais, cantos e gritos. Navegando em torno da teoria funcionalista da comunicação, percebemos que os meios pelos quais circularam as informações permitiram a emancipação dos povos, culminando na queda do regime colonial em Angola.

Na mesma linha de pensamento, Manera (2007, p. 32-34) apresenta uma nova abordagem quanto a evolução histórica da comunicação social angolana, em quatro períodos distintos, nomeadamente: período colonial, período pós-independência, período do monopólio estatal e período de abertura da comunicação.

Em relação ao período colonial, o autor sublinha que, o surgimento e primeiros passos da rádio e aprimoramento da técnica. Desenvolvimento da rádio clubismo, surgimento da radiodifusão profissional e criação da emissora oficial do estado. O Movimento de Luta pela Independência de Angola combatia o governo colonial, também, através das suas emissões a partir da vizinha Zâmbia e Congo-Brazaville. O programa *Angola Combatente* era transmitido por ondas curtas. Algumas emissoras defendiam a descolonização e outras a continuidade da mesma. O governo português dispunha de rádios para difundir mensagens desencorajando a opinião pública em relação à independência do país. Surgimento de programas de variedades nas rádio clubes onde as pessoas tocavam e cantavam, no começo de modo amador e depois de maneira profissional (Manera, 2007).

Já no período pós-independência, o mesmo autor consultado reforça a ideia segundo a qual, com o fim da época colonial ainda havia resíduos da estrutura que vigorava, assim restaram várias emissoras particulares, as rádios clubes. Com a instabilidade gerada pela luta de independência e a incerteza em relação ao futuro, muitos profissionais, na sua maioria portugueses ou descendentes, fugiram de Angola, deixando sem funcionamento muitos órgãos e empresas governamentais, inclusive na área da comunicação social (Manera, 2007). Como escreve (Vunge, 2006), esta é efetivamente uma perspectiva histórica que assistimos durante os primeiros anos do monopartidarismo, da independência nacional e do estado da imprensa que estava sufocada por um controle bastante cuidado, sobretudo devido ao papel que os órgãos de comunicação massiva desempenham na sensibilização da população nacional para as causas da defesa da soberania nacional e a liberdade do povo angolano.

Ao passo que, no período do monopólio estatal, refere que, nos primeiros anos após a independência, todos os meios de comunicação social foram estatizados ou fechados (exceto a Rádio Eclésia). A população contava com os serviços da Rádio Nacional de Angola (RNA), presente nas 18 províncias do país, Jornal de Angola e a Agência Nacional de Notícias Press (ANGOP), criada depois da independência. Em 1973, ainda sob domínio colonial, é criada a Radiotelevisão Portuguesa de Angola (RTA) que em 1976 é nacionalizada e passa a chamar-se Televisão Popular de Angola (TPA). Até então, o rádio é o único veículo de comunicação de massa. A TPA, única televisão a transmitir no país, passa em 1997, a chamar-se Televisão Pública de Angola. Além dos meios de comunicação estatais, só os veículos da UNITA circulavam no país. A Rádio VORGAN (Voz da Resistência do Galo Negro), emitia a partir dos países limítrofes e o Jornal Terra Angolana tinha publicação irregular. Entretanto, a partir da escolha ideológica de editores e jornalistas era possível manter o controle das redações, mesmo assim a censura e depois a autocensura eram práticas recorrentes no dia a dia dos profissionais da área (Manera, 2007).

Ademais, o período de abertura da comunicação fundamenta-se com a abertura ao multipartidarismo, foi aprovada a primeira Lei de Imprensa em Angola. O monopólio estatal das publicações impressas e do rádio foi quebrado e o setor foi aberto para a iniciativa privada. Atualmente, nove imprensas circulam em Luanda, sendo que a estatal Jornal de Angola é o único diário. Em 1991 é sancionada a primeira Lei de Imprensa que defendia a liberdade de expressão e de imprensa e a abertura ao capital privado da radiodifusão e do mercado de publicações impressas (Manera, 2007).

Contudo, entendemos que o caminho continua sendo longo e tenebroso, uma vez que os demais órgãos de comunicação social privados se encontram centralizados em Luanda, enquanto na maioria das regiões do interior chega apenas o sinal dos órgãos públicos. É importante ressaltar aqui que estamos em um período de revolução da comunicação social, fruto da instalação de novos órgãos de comunicação social, como a Rede Girassol.

A Constituição e a comunicação social angolana

Há um longo caminho constituinte que se iniciou em 1974, passando pela revisão constitucional de 2010, e que se vai fortalecendo até os dias de hoje. Reza a história que, depois da assinatura dos Acordos de Alvor e a transição do poder, surgiu, em 30 de junho de 1975, a primeira lei fundamental que vigorou até a aprovação e promulgação da Política da

República e tomada de posse dos órgãos de soberania (que ocorreu em 11 de novembro de 1975) (Feijó, 2015).

Nesses termos, “em 1991, com os acordos de paz, a Assembleia do Povo autorizou o Presidente da República a assinar vários documentos integrantes destes mesmos acordos, tal como o documento sobre os princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola” (Hohlfeldt; Carvalho, 2012, p. 27).

Para os autores consultados, com base neste documento foram aprovadas várias leis, dentre elas, diplomas referentes à comunicação social: a lei sobre o Conselho Nacional de Comunicação Social (Lei n.º 7/92 de 16 de Abril), a Lei do Direito de Antena e do Direito de Resposta e Réplica Política dos Partidos Políticos (Lei n.º 8/92 de 16 de Abril) e a Lei reguladora do Exercício da Atividade de Radiodifusão (Lei n.º 9/92 de 16 de Abril) (Feijó, 2015).

Em 1992, foi revista a Lei constitucional e com ela houveram melhorias significativas quanto ao respeito do princípio da separação de poderes, da reserva da Constituição e, em especial, relativas à comunicação social. Tal revisão foi o ponto mais alto das inovações da Lei Constitucional de 1992 (e que até os dias de hoje marcam a CRA² de 2010), onde são de realçar a consagração da liberdade de imprensa, que garante uma imprensa livre de qualquer tipo de censura, sem prejuízo desta liberdade ser regulada por lei (no artigo 35º da Lei Constitucional [LC]) e a consagração da liberdade de expressão, que estabelece ao mesmo tempo a liberdade de informação, de reunião, de manifestação, de associação e de todas as formas de expressão (no artigo 32º da LC) (Luacuti, 2014).

Por seu turno, o artigo 3º da Lei nº 1/17 de 23 de janeiro, consagra os meios através dos quais as empresas ou órgãos de comunicação social difundem os conteúdos, entre outros, são: jornais, incluindo os eletrônicos; revistas, incluindo as eletrônicas; todas as demais publicações periódicas; Radiodifusão sonora; Televisão; Agência de notícias; Media online; Cinema e espaços públicos onde se exibem documentários e notícias. Ao passo que, o artigo 5º consagra o conteúdo da liberdade de imprensa, nos seguintes termos: a liberdade de imprensa traduz-se no direito de informar, de se informar e ser informado através do livre exercício da atividade de imprensa, sem impedimentos nem discriminações. A liberdade de imprensa não deve estar sujeita a qualquer censura prévia, nomeadamente, de natureza política, ideológica ou artística (Angola, 2017, p. 167).

A temática em relação ao papel da comunicação social subentende fundamentos legais consagrados pela Constituição da República de Angola. Todavia, historicamente concebe-se que é uma matéria que tem vindo a sofrer ligeiras mudanças constitucionais, tendo em conta a

² Constituição da República de Angola.

visão dos parlamentares em relação aos diplomas legais que atribuem responsabilidades sociais aos órgãos de comunicação social.

A comunicação social angolana diante dos normativos internacionais

A discussão sobre comunicação social não se limita ao ordenamento jurídico angolano, mas também está presente em diversos documentos internacionais que devem ser cumpridos pelos Estados membros, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Carta dos Direitos Africanos (CDA).

A DUDH foi proclamada em 1948, com o objetivo de considerar a dignidade da pessoa humana e os direitos iguais e inalienáveis de todos, apoiando o progresso social e estabelecendo melhores condições de vida em um contexto de liberdade ampliada. Nesta declaração, foram consagradas diversas disposições diretamente ligadas à comunicação social, tais como:

A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões (DUDH, 1948, artigo 19) por considerar ser dos mais preciosos direitos humanos. Tal disposição reflete-se na liberdade de expressão, de informação e de pensamento.

- A proibição de intromissões arbitrárias à vida privada, à família, ao domicílio e os ataques à honra e reputação, sob pena de tais intromissões serem sancionadas por lei, consagrada no artigo 15. Por aqui defende-se justamente o direito à identidade, à privacidade e à intimidade (Castells, 2016);

- A liberdade de pensamento, consciência e religião consagrada no artigo 18, é complementada pelo direito de todos à liberdade de opinião e expressão sem constrangimentos, que compreende o direito de investigar, receber informações e opiniões e de divulgá-las sem limitação de fronteiras, nos termos do artigo 19 (Castells, 2016).

Porquanto, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, aprovada pela OUA, a 26 de junho de 1981, em Nairobi-Quênia, tem em linha de conta a dignidade humana, o reconhecimento dos direitos do homem, bem como a união dos povos africanos (Hohlfeldt; Carvalho, 2012).

O mesmo documento consagra o direito à informação, de exprimir e difundir suas opiniões ao estatuir que “toda a pessoa tem direito à informação e toda a pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e regulamentos” (CDA, 1981,

artigo 9). Hohlfeldt e Carvalho (2012) Acrescem ainda, a liberdade de criação cultural e científica, ao assegurar a preservação e reforço dos valores culturais africanos positivos, num espírito de tolerância e de diálogo, bem como ao contribuir para a promoção de saúde moral da sociedade.

Contudo, os normativos legais angolanos, consagrados constitucionalmente, que defendem e promovem os deveres e as obrigações dos meios de comunicação social estão comprometidos e implementados, naturalmente, com base nos diplomas internacionais que defendem e promovem o direito e a dignidade da pessoa humana.

Pilares e princípios de atuação da comunicação social radiofônica

Em primeiro lugar são apresentados os pilares de atuação da comunicação social radiofônica e não só, que são resumidos em três: 1) credibilidade: garantia da confiabilidade das informações perante os diversos públicos pela utilização de fontes idôneas; 2) transparência: respeito ao direito constitucional que permite ao público o conhecimento das atividades, observando as diretrizes de segurança da informação; 3) oportunidade: desencadeamento das ações no momento oportuno, sincronizadas no tempo e no espaço.

Por seu turno, a semelhança dos valores acima referidos são apresentados a seguir os princípios que regem a comunicação social, isto é, a verdade que é a essência da atividade da comunicação social, visto que a fidedignidade dos fatos como realidade ocorram com coerência, credibilidade e confiança: 1) proatividade: postura que deve ser adotada, sempre que possível, antecipando-se aos futuros acontecimentos; 2) confiabilidade: manutenção da credibilidade das informações perante os diversos públicos pela utilização de fontes idôneas; 3) continuidade: manutenção da atividade de comunicação social e atualização constante das informações e dos produtos; 4) impessoalidade: desprovemento de qualquer intenção de promoção pessoal ou de um grupo, focando nos valores e tradições dos órgãos de comunicação social; 5) imparcialidade: manutenção da igualdade de tratamento dos diversos públicos e órgãos de mídia, sem distinção, privilégios ou exclusividade. É uma mentalidade imprescindível a todos os escalões da instituição; 7) legitimidade: respeito às instituições nacionais, à ordem jurídica vigente, aos preceitos legais e aos fundamentos morais da nacionalidade em qualquer situação ou atividade; 8) unidade de mensagem ou de discurso: uso das mesmas ideias-força nas mensagens ou discursos, de forma coordenada em todos os escalões (Silva, 2017). Dessa forma, os pilares e princípios da comunicação social, à luz da

teoria da informação, desempenham um papel crucial para a integração social das ações desenvolvidas nos órgãos de comunicação e para o alcance dos objetivos institucionais.

Metodologia de pesquisa

Tendo em conta os objetivos perseguidos por esta investigação, optou-se por um estudo descritivo explicativo e de campo apoiado a uma abordagem mista (quanti-qualitativa). Para tal, pelo uso das duas modalidades em relação aos dados recolhidos no campo, a sua finalidade é descritiva. Segundo a classificação de Zassala (2012, p. 42), a pesquisa descritiva “é uma investigação que procura determinar a natureza e o grau de condições existentes”. A pesquisa mistura dados quantificáveis e não quantificáveis, tendo como meta principal a busca pela verdade e a validação da investigação. Essa abordagem possibilitou incluir informações alinhadas em eixos quantitativos e qualitativos, além da aplicação do raciocínio lógico indutivo-dedutivo, permitindo uma melhor compreensão do problema de investigação. Optando pela abordagem mista, combina-se a realização, por meio da estatística e de técnicas não numéricas, da coleta de dados que respondem à questão de investigação. Trata-se, portanto, de uma investigação que inclui duas linhas de percepção da temática: uma quantificável e a outra compreensiva e interpretativa. Por esse motivo, utilizamos várias técnicas e instrumentos de coleta de dados, incluindo questionários, entrevistas semiestruturadas, observações simples, blocos de notas, celulares, computador e guias de entrevista.

População e amostra *versus* características sociodemográficas

Tomando como referencial teórico a definição de população como um universo de pessoas ou coisas que possuem características comuns entre si e que se pretendem estudar, ao passo que, a amostra é um subconjunto representativo da população estudada. Essa representatividade da amostra, que é uma propriedade altamente desejada em estatística, ocorre quando ela apresenta as mesmas características gerais da população da qual foi extraída. Com efeito, optamos pelo uso da técnica de amostragem não probabilista do tipo por intenção, cujos critérios de seleção dos participantes ao estudo, não são definidos por critérios estatísticos-matemático, mas sim, pela intencionalidade. No entender de Danton (2018) e Simões (2023, p. 33 *apud* Freitas; Golambole, 2024, p. 108), a amostragem intencional “não é apenas para estudos qualitativos, uma vez que está estreitamente ligada com a acessibilidade

dos participantes, ou seja, estes são selecionados em função da facilidade de acesso aos mesmos”. Contudo, o Quadro 1 e os gráficos que se seguem ilustram melhor a população e amostra:

Quadro 1 – População e amostra

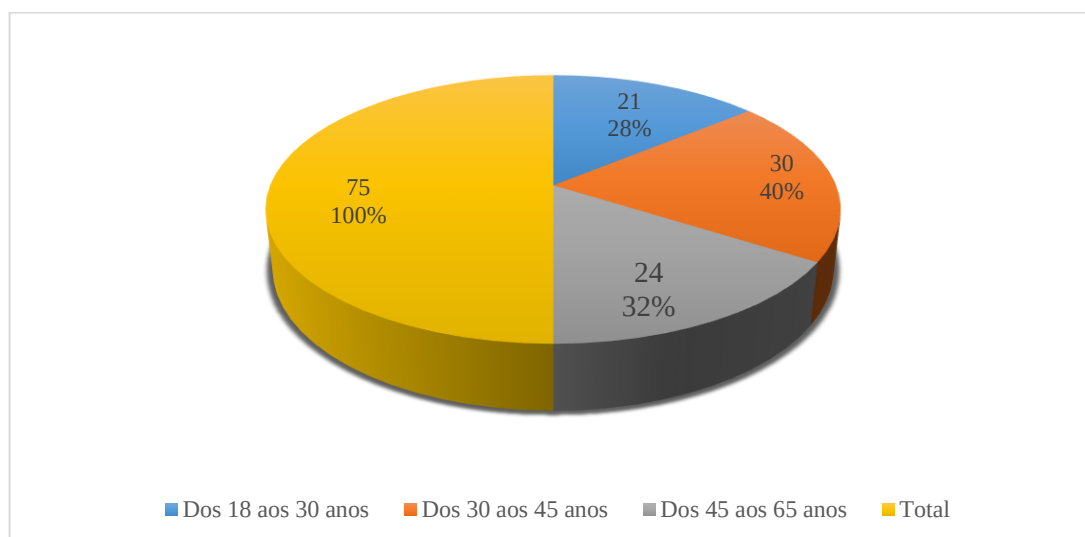
Sexo	População	Amostra	Identificar coluna
Masculino	69	Masculino	45
Feminino	51	Feminino	30
Total	120	Total	75
Percentagem	100%	Percentagem	63%

Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Os dados apresentados neste estudo foram obtidos nas províncias do Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda, Malanje e Uíge, entre os meses de fevereiro de 2024 e janeiro de 2025. Participaram da pesquisa 120 pessoas (100%), todos os ouvintes da Rádio Malanje, Rádio Nacional de Angola, Rádio Eclésia, Rádio Ouvinte, Rádio Correio da Kianda, Rádio Luanda, Rádio Despertar, Rádio Uíge e Rádio Rede Girassol. Neste universo, a técnica de amostragem não probabilista do tipo intencional utilizou 75 participantes, correspondendo a 63% dos ouvintes que responderam favoravelmente às questões colocadas. Essa conclusão reforça a ideia de que uma amostragem intencional “é uma técnica muito comum e consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível. Ou seja, os indivíduos empregados nessa pesquisa são selecionados por estarem prontamente disponíveis e não por terem sido selecionados mediante critério estatístico” (Freitas; Golambole, 2024, p. 108).

Os Gráficos 1, 2 e 3 apresentam os dados sociodemográficos e o perfil dos participantes da pesquisa:

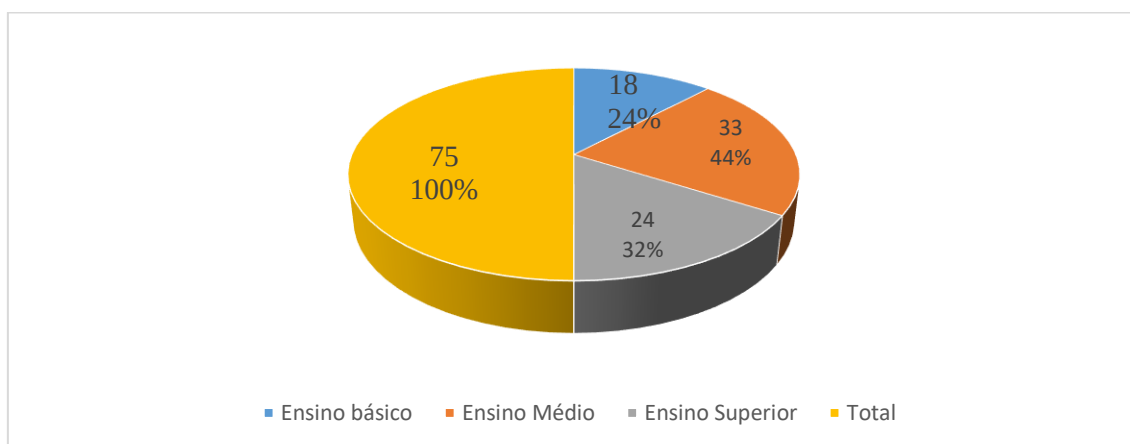
Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Em relação à idade dos participantes, observamos que a faixa etária dos 30 a 45 anos foi a que mais respondeu às questões formuladas pelo questionário. Com um universo de 75 participantes, essa faixa etária correspondeu a 40% do total. Em seguida, a faixa de 45 a 65 anos apresentou 24 questionados, correspondendo a 32%. Por fim, os participantes com idades entre 18 a 30 anos representaram 21%.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade

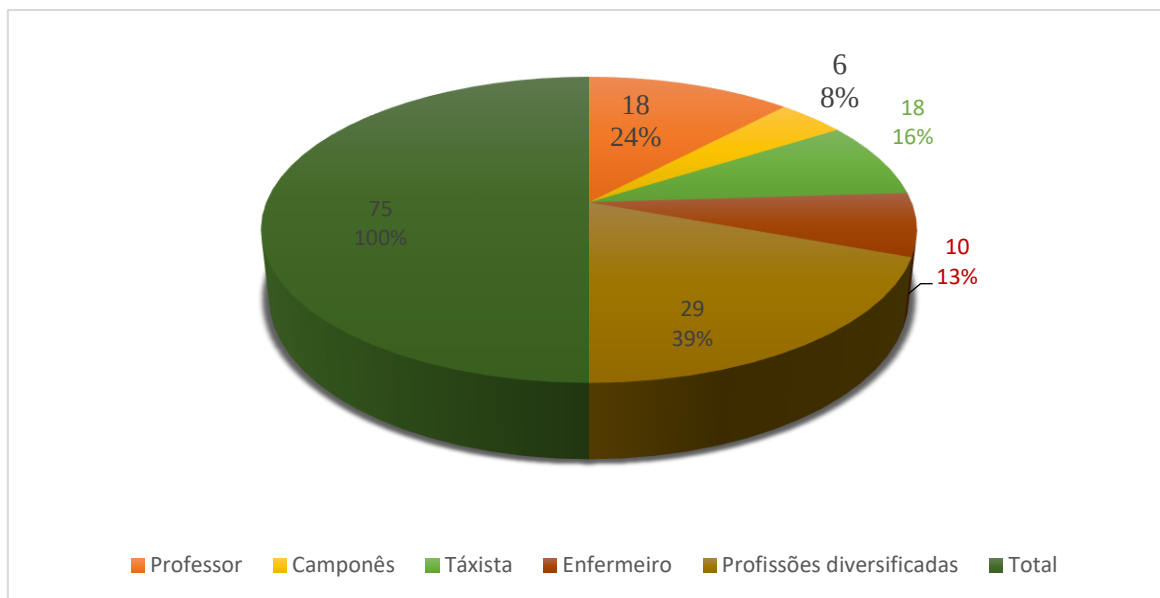


Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Quanto às habilitações acadêmicas, dos dados apurados, constatou-se que dos 100% dos inquiridos, 18 tinham o Ensino Básico concluído, o que representa 24%; 33 tinham o

Ensino Médio concluído, correspondente a 44%, e 24 possuíam o Ensino Superior concluído, representando 32% dos participantes do estudo.

Gráfico 3 – Profissões



Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Quanto à recolha dos dados empíricos, importa salientar ainda que em relação às profissões aferiu-se que da amostra correspondente a 100% dos participante ao corpo do trabalho, 18 são professores que corresponde a 24%, 6 são camponeses (8%), 18 são taxistas (16%), 10 são enfermeiros (13%), enquanto 29 têm profissões diversificadas (policiais, bancários, sociólogos etc.) correspondente a 39%.

Técnicas de recolha de dados

As técnicas de coleta de dados utilizadas incluem: observação simples: Severino (2014) refere que permite ao pesquisador, mesmo permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que estuda, observar de maneira espontânea os fatos que ali ocorrem, pois o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. A observação simples apresentou uma série de vantagens, como a coleta de elementos essenciais para a definição do problema de pesquisa e a coleta de dados sem levantar suspeitas entre os membros da comunidade científica. O registro das observações depende, frequentemente, da memória do investigador e por fim, deu-nos uma ampla margem à interpretação subjetiva do fenómeno estudado. Já o

questionário, de acordo com Aragão e Neta (2017), é um conjunto de questões especialmente preparadas para a recolha de informações a serem objetos de tratamento estatísticos visto que o questionário é útil para gerar evidência referente a um grupo de pessoas e organizações. O questionário tem como vantagem o fato de permitir uma recolha de informações de uma forma consciente e comparável. A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas. Para esta técnica aplicou-se como instrumento o inquérito por questionário.

Por conseguinte, a entrevista semiestruturada é percebida como uma técnica de coleta de dados em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. Assim sendo, Severino (2014) entende que a entrevista semiestruturada é menos estruturada possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. Com esta entrevista, nos possibilitou a coleta de dados relativos à compreensão do papel da comunicação social. O autor sustenta ainda que, as entrevistas semiestruturadas “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (Severino, 2014, p. 19). Nesta técnica aplicou-se como instrumento o guião de entrevista e o bloco de notas.

Para análise dos resultados, os dados quantitativos foram apresentados por meio da estatística apoiando-se ao Excel como *software* para a compilação de todos os dados quantificáveis, e para as interpretações qualitativas, alinhou-se os dados à técnica de análise de conteúdo, que se desenvolveu em três fases: a primeira diz respeito a pré-análise, na qual tomamos contato com as entrevistas, apresentamo-las e fez-se uma leitura prévia; a segunda fase diz respeito à exploração do material, onde procuramos agrupar as verbalizações em categorias; e a terceira é, justamente, o tratamento dos dados baseado em inferências.

Nesta última fase procuramos interpretar as falas dos entrevistados baseando-se na teoria de suporte e dos demais autores. O uso da técnica de análise de conteúdo neste trabalho, ajudou-nos na análise de informações, constantes mais abaixo sob a forma de discursos, e com estilo linguístico: escrito que expressa assunto do fenómeno comunicação social radiofônica. O seu enquadramento visou os aspectos implícitos do papel da comunicação social no contexto angolano. Permitindo analisar os conteúdos das mensagens, buscando o significado de cada mensagem dentro da compreensão gestual linguístico e comunicacional. Por fim, teve como instrumento de trabalho as unidades temáticas.

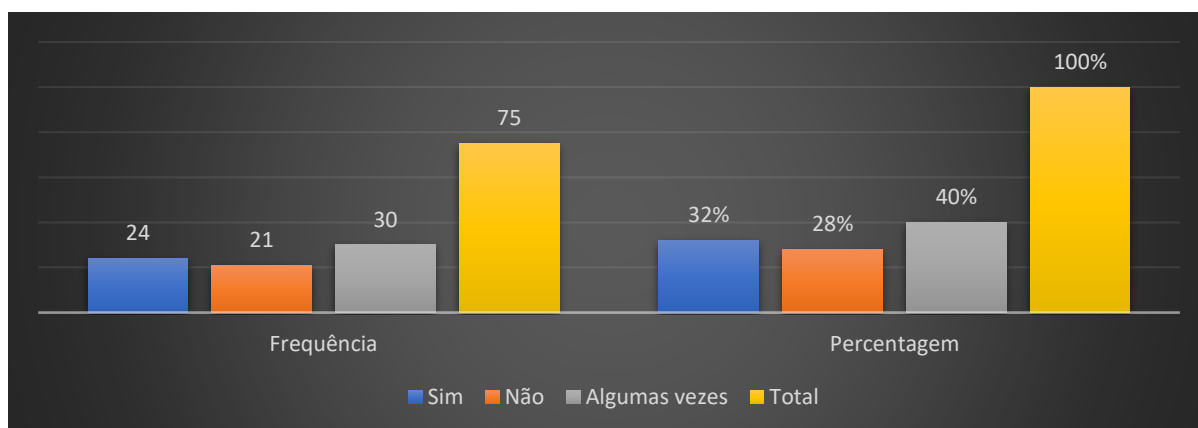
Resultados e discussões

Neste capítulo, visto que o nosso estudo é misto, em primeiro lugar sobre os dados quantitativos fez-se a análise e a interpretação dos resultados com suporte feito ao método estatístico e utilizou-se a técnica de análise descritiva e em relação à apresentação dos dados trabalhados no *software* Excel, utilizou-se gráficos. Todavia, as questões foram analisadas e representadas em parâmetros estatísticos e descritivo, isto é, em gráficos de frequência, agrupados de acordo com as variantes das respostas correspondentes. Não obstante, dentre os inqueridos, procuramos interagir com pessoas de diferentes extratos sociais, cujo foco foi, naturalmente, o de procurar compreender o papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano. Posteriormente, apresentamos os resultados qualitativos, agrupados em categorias e analisados com suporte à técnica de análise de conteúdo.

Notícias sobre os problemas que afligem a sociedade angolana

Em primeiro lugar procuramos saber por parte dos nossos inqueridos se os problemas que afetam a sociedade angolana são, de fato, noticiados pelos órgãos radiofônicos que foram alvos de objeto de estudo, cujo foco visou compreender o papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano. Assim, o Gráfico 4 ilustra melhor os resultados deste primeiro questionamento:

Gráfico 4 – Notícia dos problemas que afligem a sociedade angolana



Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Em relação à pergunta feita, por meio dos dados ilustrados no gráfico, nota-se que do universo de 75 participantes, o que corresponde a 100%, 24 dos inqueridos respondem que

sim, o que corresponde a 32%; 21 responderam que não o que corresponde a 28% e 30 responderam algumas vezes, correspondendo a 40%. Todavia, inferimos que, na verdade, os órgãos de comunicação social radiofônico em Angola, têm cumprido em certa medida com a função informativa, uma vez que a percentagem daqueles que afirmam que sim e os que afirmam algumas vezes é maior em relação aos que afirmam não. Assim, face ao percentual bastante alto daqueles que responderam negativamente e razoavelmente a este questionamento, pensamos nós que é fundamental que os órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano evitem mais esforços no sentido de tornar acessível a informação dos principais fatos que ocorrem no território nacional.

Dado que a comunicação é uma atividade que envolve a criação mútua de significados e, na medida em que consiste na capacidade do homem de transmitir suas ideias, está estreitamente relacionada com a sua própria evolução e preocupação permanente de transmitir o conhecimento ao longo do tempo, tal como nos fundamentos de vários estudiosos da matéria em questão, percebe-se que a natureza do processo de comunicação social pressupõe uma fonte ou emissor (codificador da mensagem), um canal ou meio (pelo qual é transmitida) e um receptor (descodificador da mensagem). Importa dizer que, na comunicação de duplo sentido, a fonte e o receptor têm papéis ativos na troca de informações e, necessariamente, o fluxo da mensagem é contínuo, ocorrendo de ponto a ponto. A comunicação direta entre duas ou mais pessoas é um exemplo (Alves; Fontoura; Antoniutti, 2011).

Na comunicação social radiofônica, o fluxo da informação segue um único sentido, da fonte para o receptor. Essa comunicação de ponto para multipontos, o papel ativo do processo cabe exclusivamente ao emissor. A vantagem é que uma única fonte pode se comunicar com um grande número de receptores ao mesmo tempo, exigindo deste modo, noticiar os principais problemas que afligem a sociedade angolana sob pena de os perder de vista e romantizá-los socialmente.

Em geral, por comunicação social, de acordo com Alves, Fontoura e Antoniutti (2011, p. 101) “subentendem-se milhares de pessoas heterogêneas, de camadas sociais diferenciadas, níveis culturais distintos, idades variadas, religiões e profissões diversas, constituindo um único grupo, o qual é atingido simultaneamente por uma mensagem”. Ao passo que o problema social na visão dos autores Rubington e Weinberg (2008) concebem-no como sendo uma alegada situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para a alterar. Entende-se inclusive como uma violação de expectativas morais de uma dada coletividade (Santos; Baloi, 1999).

Todavia, daquilo que são as representações significativas em relação as respostas dos participantes ao estudo no âmbito das notícias sobre os problemas que afligem a sociedade angolana, analiticamente podemos sustentar que essa categoria assenta na questão da relação entre realidade, imagem e representação. A forma de como os problemas que afetam a sociedade angolana, que são noticiados pelas rádios, muitas vezes, fazem transparecer a existência de uma disputa colossal sobre o existente, que é real e aquilo que não existe (o que não é real). A sentença é fundamentada na separação dos problemas observados do real e nos que são noticiados que muitas vezes levantam visões dicotômicas e unilineares, chegando a ponto de colocar em causa a pluralidade e a imparcialidade no ato de comunicar e informar a opinião pública.

É assim que o noticiamento dos problemas que afligem a sociedade angolana, à luz da teoria sociológica em uso, concorre para melhor objetivar a realidade social e perceber, com mais abrangência, a necessidade premente de sua resolução pontual e possível pelos órgãos afins. Inclusive, é uma forma de denunciar todo ato, quer seja governamental, coletivo, individual que põe em causa o bem comum, as expectativas sociais, ou seja, que desvirtualiza a moral coletiva. Entretanto, o noticiamento razoável e o não noticiamento dos problemas fraturantes que acometem a sociedade angolana (politização das instituições públicas, a subversão da excelência profissional pelo cartão de militante, a miséria, etc.) em muitas rádios de elevada audiência conduzem a sociedade do equilíbrio ao desequilíbrio. Grosso modo, nos dizeres do sociólogo Gottfried Stockinger (2001, p. 16), nota-se que

a realidade cotidiana mostra aos sistemas que eles são comparados a ambientes onde energia e informação são distribuídas de forma desigual, com fluxos não lineares e interdependentes. Revela-se, em última instância, que o desequilíbrio para uns é uma condição fundamental para qualquer estabilidade e para outros é uma arma de oprimir.

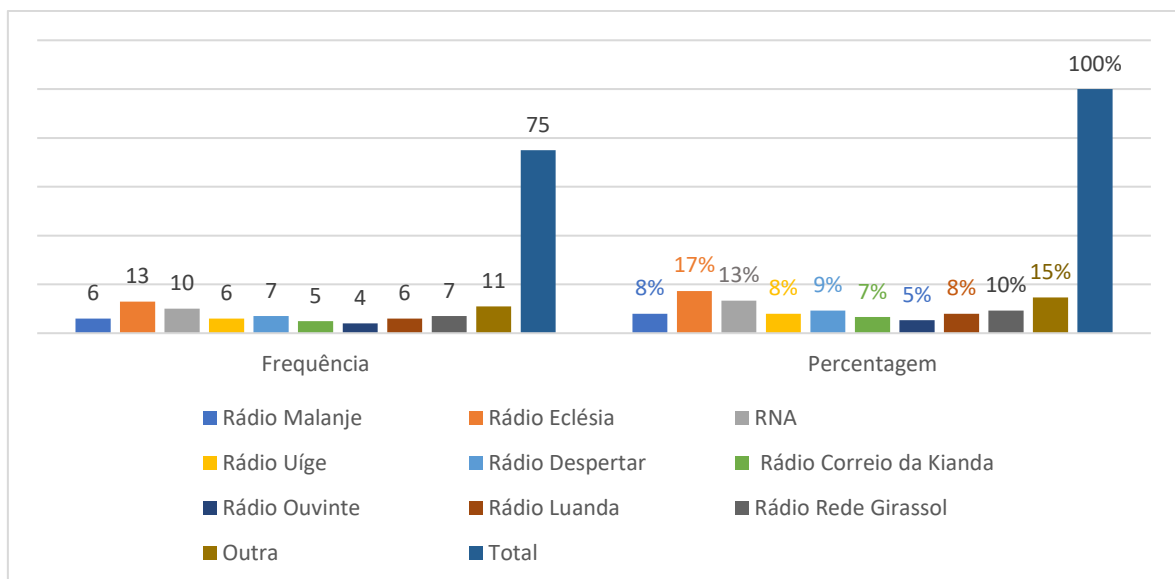
Dado que essa discrepância significativa entre realidade social e notícias propagadas pelos órgãos de comunicação social radiofônicos, em muitos casos os ouvintes a concebem de forma diminuta em termos de objetividade fatural, a rigor, propagam a dominação do social por uma elite política orientada por questões do ter e não do ser. Contudo, quem conhece, sabe; quem não conhece, facilmente é dominado e molestado simultaneamente. Pois, o tripé existente entre os conceitos inaugurados por Luhmann (2000) (produção, reprodução e autoprodução) fazem perceber que o noticiamento total dos problemas que afetam uma determinada sociedade pelas rádios tornam possível a emancipação dos excluídos da renda nacional e exige uma constante adequação das políticas de concertação social.

Em síntese, dada a abrangência da comunicação social produzida pelos órgãos radiofônicos, a teoria estrutural-funcionalista da comunicação social chama a atenção em relação aos papéis sociais desempenhados pelos meios de comunicação social, a prior são importantes em conteúdos de justiça social, mas que podem em certa medida serem concebidos como promotores das desigualdades sociais, uma vez que os seus conteúdos sejam produzidos sem o contraditório e sem fundamentar com maior precisão os problemas sociais que afligem a sociedade angolana, a saber: a corrupção, pobreza, desemprego, altas taxas de mortalidade infantil, saneamento básico, inflação etc.

Órgão radiofônico que mais se preocupa em noticiar os problemas sociais

À luz desta temática levou-nos a formular uma questão, no intuito de aferirmos a rádio que mais noticia os mais variados problemas sociais. Assim sendo, o Gráfico 5 ilustra melhor a opinião dos nossos participantes:

Gráfico 5 – Órgão radiofônico que mais noticia os problemas sociais angolanos e locais



Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Em virtude dos dados que o gráfico ilustra, nota-se que a Rádio Eclésia em comparação com as demais rádios que foram nosso objeto de estudo, na opinião dos inquiridos, é a que mais se preocupa em noticiar os problemas sociais, daí ser a preferida de muitos ouvintes em Angola. Nesta senda, dos 75 inquiridos ao estudo que representam um total de 100%, 13 disseram que o órgão de comunicação social radiofônico que mais noticia os problemas sociais no âmbito nacional e local é, naturalmente, a Rádio Eclésia,

representando um total de 17%. Ao passo que, 10 responderam que é a Rádio Nacional de Angola representando um total de 13%; 11 dos quais apontaram ser uma outra estação radiofônica correspondendo a 15%.

Alguns ouvintes habituados da cidade do Uíge, senão mesmo 6 foram unânimes em apontar a Rádio local (Rádio Uíge) representando um subtotal de 8%, dado que alguns dos quais apontaram outra rádio de cobertura nacional; em Malanje, 6 ouvintes apontaram a Rádio Malanje representando 8%, outros dos ouvintes apontaram outras rádios de forma semelhante no Uíge, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Luanda; a Rádio Ouvinte, 4 inqueridos a optam e representa 4%; a Rádio Despertar, 7 ouvintes a apontaram como a emissora que mais noticia os problemas locais, com maior notoriedade os taxistas e passageiros luandenses, correspondendo a 9%; a Rádio Luanda figura como uma das que mais noticia os fatos em Luanda, 6 participantes da pesquisa deram nota favorável à mesma, representando assim um total de 8%; a Rádio Correio da Kianda também é uma outra escolhida por 5 ouvintes, representando cerca de 7%, já a Rede Girassol também é uma predileta dos inqueridos (7), dos participantes deram-na uma nota positiva em termos de divulgação dos problemas que afligem o social angolano, representando 10%.

Nesta conformidade, os resultados acima apresentados colocam vários desafios às estações de rádios que compõem o nosso mosaico radiofônico angolano, muitos desses desafios passam sobretudo à modernização contínua das linhas editoriais das mesmas, a divulgação dos seus serviços via online uma vez que muitas dessas rádios não têm cobertura nacional, o que dificulta a conquista de novos espaços de audiência, mas se velarem pela via online, certamente que maior será o seu público. Verificou-se por exemplo que a Rádio Nacional tem mais aceitação no interior do país do que nos centros urbanos, é nas zonas recônditas em detrimento das cidades onde a maior parte dos ouvintes disseram que é a que mais noticia os problemas sociais do país. Justifica-se essa aceitação em duas linhas paralelas, uma voltada à cobertura do seu sinal em todo o território nacional e outra ligada à perda da audiência nas cidades pelo simples fato da mesma divulgar mais conteúdos unilineares, excluindo em certos casos o princípio da pluralidade face ao advento da democracia. Os ouvintes da cidade muito apontam-na como uma estação radiofônica a serviço dos interesses políticos e que de certa forma instrumentaliza e romantiza muitos dos problemas sociais que o país enfrenta.

Importa referirmos aqui que as Rádio Correio da Kianda e Rede Girassol muitos dos seus ouvintes acessam-na via online, razão pela qual até aqueles que residem fora de Luanda

consideraram-nas como as que mais noticiam os problemas nacionais, principalmente os de Luanda. Ao passo que a Rádio Despertar é presa a uma linha ideológica, por esse motivo muitos dos ouvintes que não a têm como preferência a desprezam chegando a ponto de sustentarem que a mesma necessita de respeitar o jogo democrático, assim como funciona a Eclésia em certos casos, uma rádio que diz ser imparcial não deve funcionar em benefício de uma franja política, não deve divulgar somente os conteúdos que representam as mazelas sociais e os seus interesses, mas sim divulgar os esforços gigantescos do governo angolano e respeitar os demais ouvintes com convicções políticas diferentes.

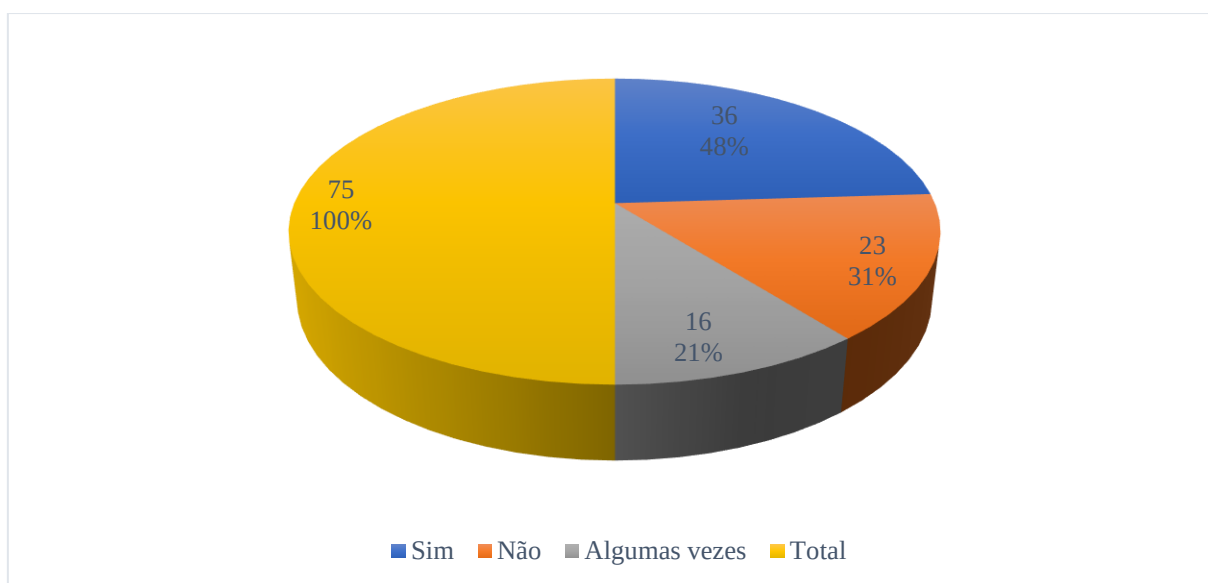
A informação dos principais problemas sociais enquanto um objeto autônomo em relação a teoria estrutural-funcionalista da comunicação social afirma-se sobretudo com o advento das novas tecnologias digitais, surgimento da sociedade do conhecimento e sociedade em rede. É nesse contexto em que todos os problemas da esfera social necessitam a sua divulgação imparcial pelos órgãos radiofônicos, os que os ignoram chegam a ponto de perder a audiência, uma vez que vários são os impactos da revolução tecnológica (política, cultural, econômica etc.) que ganha espaço na comunicação digital e muitos desses ouvintes optam-na como alternativa daquilo que não se assume por excelência pelas instituições vocacionadas para o efeito.

Contudo, uma outra linha analítica nasce na ótica de alertar os órgãos radiofônicos a não se esquecerem que vivemos na era da sociedade de informação onde os acontecimentos são divulgados em fração de segundos. Como esclarecem os estudos consultados, à expressão *sociedade de informação* é excessivamente utilizada nos meios de comunicação e no discurso político. Ela acompanha outras noções, nem sempre precisas, mas sempre sugestivas, como a globalização, com a qual converge em muitos aspetos do seu conteúdo. Regra geral, usa-se o termo *sociedade de informação* para identificar uma nova realidade e uma nova ordem social fundamentada na informação como valor central e móbil do progresso das sociedades nas suas várias dimensões. Algumas das ideias positivas associadas à *sociedade de informação* que as rádios podem muito bem tirar proveito em matérias de inovação enunciadas por Cardoso (2006): informar, ensinar, obter lucro, incrementar a democracia ou desenvolver o comércio eletrónico. A ideia de uma biblioteca universal que advém da *internet* como propulsora da partilha de informação à escala nacional e global, é um exemplo bastante corrente da sociedade de informação como geradora de expectativas positivas, com vista a conquistar novas audiências.

A imprensa radiofônica local e o contributo para a construção de uma democracia participativa

A democracia é o baluarte das sociedades modernas por meio da qual giram os processos da administração política e social. A rádio, por sua vez, desempenha um papel imprescindível para o amadurecimento e fortalecimento da democracia em qualquer Estado. Por isso, o questionamento à volta deste assunto, conforme apresenta o Gráfico 6, revela-se o fundamental na compreensão do trabalho da imprensa radiofônica angolana sobre esta matéria.

Gráfico 6 – Construção de uma democracia participativa através da imprensa angolana



Fonte: dados da pesquisa(2024–2025).

Nota-se claramente que os órgãos de comunicação social radiofônicos no contexto angolano desempenham papéis específicos, um deles é o de contribuir para o amadurecimento e a construção de uma democracia participativa, uma vez que é possível observarmos os dados obtidos que descrevem a existência de tal papel. Dos 75 participantes que totalizam 100%, 36 (48%) observaram que sim, os órgãos de comunicação social radiofônicos em Angola têm contribuído para a construção de uma democracia participativa; 23 (31%) dos inquiridos observaram que os órgãos de comunicação social radiofônicos não têm contribuído para a construção de uma democracia participativa. Não menos importante, 16 participantes sublinham que têm contribuído de vez enquanto, correspondendo a 21%. Convém referir que, de acordo com os resultados, as rádios em Angola contribuem de forma incipiente na construção de uma democracia participativa e este é um papel fundamental destes órgãos.

Entretanto, necessitam abrir-se mais para permitir a construção de uma sociedade mais inclusiva que saiba viver na diversidade de opinião e de escolha sobretudo a política.

Enquanto cientista social fazendo recurso à teoria estrutural-funcionalista da comunicação social, é interessante sublinhar que a magia da rádio reside no som, na congregação e no respeito das demais vozes que compõem o social como forma de mobilizar os ouvintes a se conectarem à mesma, como antídoto que contrapõe o fenômeno da imigração para outras plataformas, principalmente as digitais onde a imagem fala mais alto que o som que se produz com escassez de esmero e de tolerância.

A busca constante pela construção de uma democracia participativa através da imprensa angolana é um dos papéis fundamentais desempenhados pela rádio, dado que a rádio foi o primeiro veículo a conquistar as massas, chegando inclusive ao ponto de tornar-se o principal meio de integração cultural de Angola. Desde sempre, a rádio acompanhou e continua acompanhando as fases históricas do país que permitem torná-lo mais inclusivo e competitivo no mundo das comunicações. Pois informar com imparcialidade é a base para a consolidação da democracia em Angola, principalmente nesta era em que a história angolana é politizada.

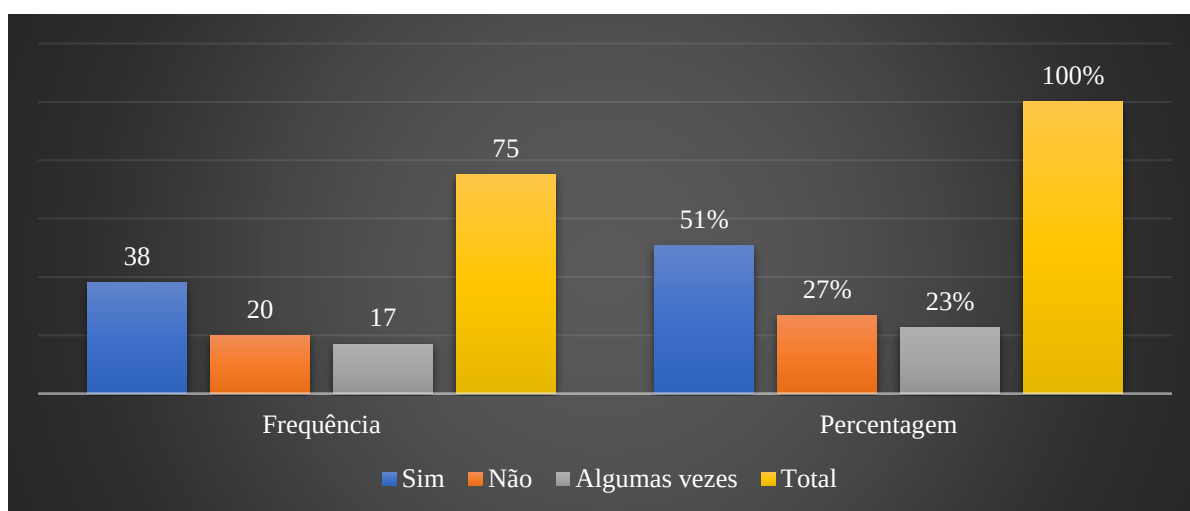
É missão da rádio desconstruir essa visão que os políticos fazem transparecer, o acesso bibliográfico armazenado em áudios disponíveis em muitas estações radiofônicas como a RNA e a Eclésia, por serem as primeiras que acompanharam todo o trajeto histórico do país, devem ser colocadas à disposição dos ouvintes como forma de contribuir na democratização do país. Se olharmos atentamente no Gráfico 6, nota-se que o percentual dos que responderam negativamente e daqueles que responderam razoavelmente é maior do que as respostas satisfatórias representadas em *sim*, o que dá a entender que os órgãos radiofônicos precisam trabalhar mais em relação à matéria que diz respeito à democratização do país. Enfim, o desenvolvimento de Angola passa necessariamente pela democratização do país, senão, sem ela, não será possível construir um país plenamente desenvolvido.

Contributo das rádios em Angola para a moralização social, participação cívica e direitos de cidadania

A moralização social é uma temática social da atualidade em Angola, debatido em vários fragmentos da vida social. No entanto, os órgãos de comunicação social radiofônicos são chamados para contribuir neste âmbito, pois educar um povo é um *ato de libertação dos*

oprimidos. Razão pela qual, procuramos saber se as rádios deste país têm contribuído para a moralização social, participação cívica e direitos de cidadania; as respostas obtidas podem ser observadas no Gráfico 7 que se segue:

Gráfico 7 – Moralização da sociedade, participação cívica e direitos de cidadania



Fonte: dados da pesquisa(2024–2025).

Questionados se que as rádios em Angola têm contribuído para a moralização social, participação cívica e direitos de cidadania, dos inqueridos que representam 100% (75) dos participantes, 38 responderam que sim (51%), 20 responderam que não (27%), sendo que apenas 17 responderam algumas vezes (23%). Contudo estes dados levam-nos a fazer uma análise naquilo que tem sido o papel dos órgãos de comunicação social radiofônico no contexto social angolano, além de informarem, de fortalecer a democracia, também moralizam a sociedade, promovem a participação cívica e fortalecem os direitos de cidadania, cujo foco é a educação do ser humano. No Gráfico 7 vê-se que os meios de comunicação social radiofônicos que operam em Angola, principalmente os que foram objeto de estudo não estão mal representados estatisticamente em termos de promoção desses valores sociais que julgamos serem indispensáveis à vida em sociedade.

Nos dizeres de Costa (2006), Endier e Espindola (2014), o rádio é um meio de comunicação espetacular, é o único veículo que utiliza apenas um dos nossos cinco sentidos, permitindo-nos realizar diversas outras atividades ao mesmo tempo. Classificado como companheiro, o rádio, com o aumento da globalização, tornou-se o veículo mais utilizado pela população, sem distinção de idade e classe social. É o único veículo capaz de ativar a toda hora a imaginação, despertando sensibilidade e permitindo que cada um crie imagens únicas e

personais. É considerado também como instaurador de novas sociabilidades e, consequentemente, como um agente de mudanças sociais, linguísticas e estéticas. Acrescentamos também mudanças culturais, pois a cultura é um complexo de valores e crenças identitárias de um povo, e mais, um povo sem cultura é um povo sem alma.

Neste sentido, os conteúdos disseminados por uma rádio devem promover a manutenção dos hábitos e costumes de um povo como forma de auxiliar no resgate dos valores culturais que as novas gerações desconhecem em relação às antigas gerações. É a partir da valorização cultural que se vai garantir a existência de pessoas comprometidas com o bem-estar da humanidade, onde a luta pela moralização social, participação cívica e dos direitos de cidadania passam a ser concebidos como princípios que visam garantir a estabilidade social e que exigem o envolvimento de todos, essencialmente das instituições sociais como as rádios que têm a missão de informar um grande número de pessoas.

Dado que das literaturas consultadas com o foco direcionado à teoria estrutural-funcionalista da comunicação social, é de capital importância começar por salientar nos seguintes moldes, o conceito de função do ponto de vista do social, pode nos auxiliar a compreender melhor o *modus operandi* das instituições sociais e da organização da sociedade, tal como os órgãos de comunicação social radiofônica. Assim, o conceito de social se orienta fundamentalmente à conduta dos membros de uma determinada sociedade face às funções sociais que cada estrutura desempenha. Assim, os órgãos de comunicação social radiofônica desempenham funções cruciais de construção, interação, integração social, participação cívica e da promoção dos direitos de cidadania. Em muitos casos é associado, especificamente, às funções sociais características de uma determinada organização ou coletividade.

É nessa linhagem em que o trabalho de Wezman (2008, p. 156) fornece uma grande contribuição a essa percepção. A autora afirma que a noção de social “pressupõe uma missão organizacional ao qual foram projetados a sua criação; categorização de membro de grupo”.

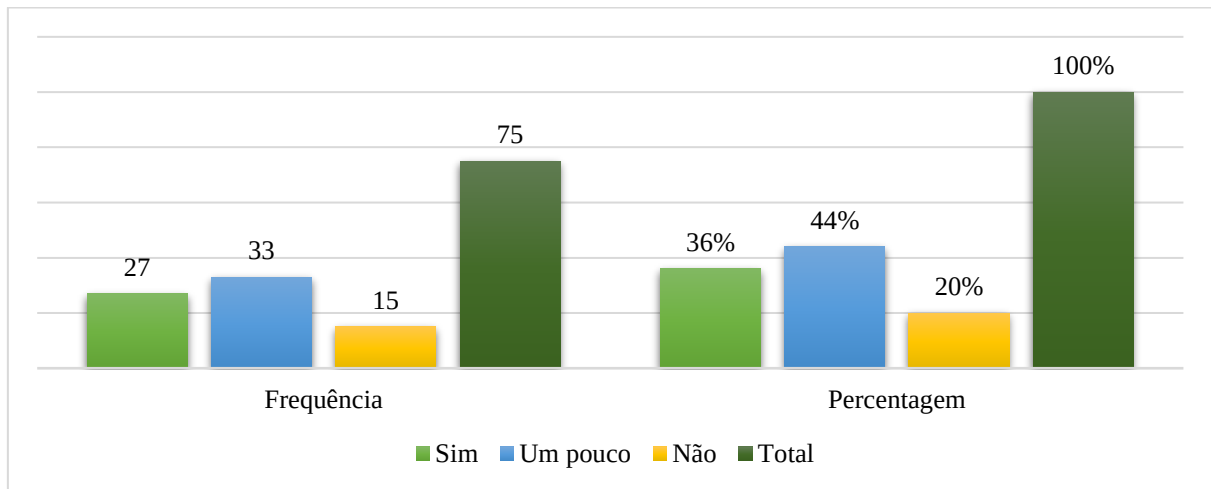
De acordo com os saberes sociológicos, a promoção da participação cívica e dos direitos de cidadania se dão devido ao fato de uma instituição social (órgãos de comunicação social radiofônica) e de um indivíduo que pertence a um determinado contexto social, onde assumem, por conseguinte, as obrigações associadas a eles. Entende-se por aqui que o social, é constituído por pessoas, com as quais formam a sociedade, já os órgãos de comunicação social radiofônica aqui podem desempenhar o papel de contribuir na redefinição da cultura social, pois, a sociedade é constituída por uma diversidade cultural que se manifesta em distintos comportamentos resultante das relações sociais.

Para Fichter (1973, p. 166, *apud* Lakatos; Marconi, 2013, p. 148) a sociedade consiste em uma “estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum”.

A percepção que se tem dos órgãos de comunicação social radiofônica em relação à moralização da sociedade, participação cívica e direitos de cidadania, é pelo fato da comunicação social fazer parte de nossa vida diária: nós percebemos os órgãos de comunicação social radiofônica em termos da maximização do direitos humanos, alargamento das escolhas sociais no âmbito da temática atual *moralização social* que tanto se fala na esfera social, das obrigações sociais, deveres, e formamos nossas expectativas de acordo com esse fato, quer sejam positivas como negativas. Pode-se assinalar inclusive, que o papel de um determinado órgão social pode ser relevante num determinado contexto social, mas o mesmo pode não ser relevante em outro, exigindo, deste modo, a permanente promoção dos valores sociais ligados à participação cívica dos cidadãos, cujo foco é de inverter o quadro galopante das mazelas sociais que em muito têm acometido a vida em sociedade.

Programas veiculados pelos meios de comunicação radiofônicos

Vale começar por considerar que muitas pessoas deixam de acompanhar determinados programas tudo porque não vão de encontro aos seus anseios ou aos mais variados problemas sociais que afetam a sociedade, limitando-se a comunicar informações que representam os interesses de uma franja social, reduzindo deste modo a audiência que tanto se deseja. Tal fato podemos observar no Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8 – Programas veiculados pelos meios de comunicação radiofônica

Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

Os resultados acima apresentados em relação aos programas veiculados pelos órgãos de comunicação social radiofônica no contexto angolano atualmente dão a entender que muitos são os ouvintes que se reveem em escala diminuta nos mesmos do que aos que se reveem fruto dos conteúdos que são difundidos e muitos deles acabam optando a comunicação digital; o que pressupõe um desafio à disposição dos órgãos de comunicação social radiofônica no nosso contexto, isto é, alinhar os seus programas aos reais problemas que o país enfrenta; nos últimos anos a vida dos angolanos ficou mais cara, onde o agravamento contínuo das famílias é um fato, mas muitos desses fatos que formariam programas específicos não são levados em consideração, algumas rádios diabolizam esses temas e os tratam de ânimo leve, como se a miséria fosse o destino desse povo que nasceu num solo extremamente rico, aquilo que os geólogos consideram por escândalo geológico. Como efeitos, a comunicação radiofônica perde audiência em virtude da veiculação de programas que denotam fronteiras entre realidade social e informação. Entretanto, com o advento da sociedade da informação sustentada pela comunicação digital, tal desiderato tende a apresentar maior ênfase, prova disso são os resultados que ilustram muito bem aquilo que o social entende sobre os programas tradicionais que as rádios criam e que produzem um exército de emigrantes.

Nesses termos, dos 100% (75) inquiridos, 27 (36%) responderam que sim, se reveem aos programas, 33 (44%) responderam um pouco, não se reveem aos programas e 15 dos participantes que corresponde a 20% responderam não. Entretanto, os dados intermediários e os últimos mostram certamente a ineficiência existente na produção e veiculação dos programas radiofônicos em Angola.

Seguindo aquilo que são os parâmetros sociológicos, rigorosamente falando, tendo sempre como foco a teoria estrutural-funcionalismo da comunicação social, a análise que se faz em relação aos programas veiculados pelos meios de comunicação social radiofônicos tem que ver com os benefícios e malefícios promovidos pelos programas que são difundidos. Assim, em primeiro lugar, em relação aos seus efeitos positivos diga-se que quando os programas radiofônicos são alinhados às exigências sociais, aumentam a audiência e desempenham papéis indispensáveis no resgate dos valores morais e cívicos fundamentados na propagação de uma educação cívica que cria sujeitos críticos e honestos, auxiliando de certa forma na divulgação dos reais problemas que o social vive e que serve de pistas para que aqueles sujeitos dotados de poder os resolvam na sua plenitude, com isso, os programas ajudam a cultivar a cultura do respeito e da tolerância, sem deixar de lado o auxílio que dão em matérias de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a análise reside nos seus efeitos, quando os programas não correspondem com as necessidades informativas do social, perdem consideração da vasta audiência, exigindo certa adequação ao contexto. Bem, à semelhança do que se disse acima, esses efeitos estruturantes e funcionais quando são bem atrelados, as aspirações dos ouvintes influenciam no alcance de maior audiência. Aqui considera-se como um efeito positivo, quando não são bem articulados com as exigências, produzem graves consequências, como a alteração do real pelo sombrio (dizer o anormal como normal) e essa maneira de abordar os fatos quando encontra ouvintes maduros, o programa perde audiência.

Considera-se de fato que desde a antiguidade, essas questões acima abordadas são discutidas por autores de diversas áreas, porquanto o papel da comunicação social radiofônica na vida em sociedade é uma matéria complexa que impera abordagens mais concisas, tudo por meio dos programas que são difundidos pelas rádios. Porém, devido a dificuldades em quantificar os impactos que esses programas podem gerar no comportamento humano, sendo geralmente observados apenas os efeitos que as ferramentas comunicativas ocasionam, é deixado de lado a comunicação como fonte capaz de gerar a valorização dos indivíduos (mobilidade social). Deste modo, tratar a comunicação social radiofônica como uma ferramenta de desenvolvimento tão somente chega a parecer utópico tendo em consideração os seus efeitos positivos e negativos.

Daí que para Heberlê (2013) e Wolf (2002), a comunicação para o desenvolvimento é uma esfera original de fluxos de informações que ocorre com o intuito de promover e agilizar o processo de conhecimento e a sua apropriação pela sociedade, objetivando melhorar as

condições de vida dos sujeitos. Segundo o autor, as palavras intercâmbio e interação são igualmente preciosas para este estudo, pois preconizam e antecipam a forma como a ação será desenvolvida e as pessoas serão tratadas.

Para que os programas radiofônicos auxiliem no desenvolvimento, há a necessidade de se observar os seguintes valores: interação (diálogo, troca de saberes); alteridade (colocar-se no lugar do outro); proatividade (agir antecipadamente, buscar as questões-chave); criatividade (observar as diferenças e fazer melhor); objetividade (entender que as pessoas precisam de informação e coisas práticas); atualidade (o desenvolvimento e as pessoas precisam de conhecimento novo sempre); simplicidade (como se trata de troca de saberes, não é sofisticado); profissionalismo (os compromissos dos jornalistas são contratos simbólicos); reciprocidade (ofertar retorno continuamente para garantia dos contratos); identidade (cada caso é particular e assim deve ser tratado, sem fanatismo e formalismo) (Heberlê, 2013).

Uma das primeiras atitudes a ser tomada nesta direção da comunicação social radiofônica via programas difundidos, com vista a alavancar o desenvolvimento sustentável será a criação de estratégias para observar a realidade, para que, após esse passo inicial, o comunicador pense em maneiras de interagir com os sujeitos. Deste modo, é possível identificar o que precisa ser feito sob a ótica das pessoas que vivenciam os problemas. Após a identificação, é fundamental que se crie uma relação de confiança com os sujeitos envolvidos no processo, e demonstrar comprometimento com os retornos que serão dados às situações por elas expostas (Mcluhan, 2005; Heberlê, 2013).

Assim sendo, os programas da comunicação social radiofônica devem primar pelo desenvolvimento humano, não pode ser tratado como algo feito para o outro, mas sim como uma possibilidade de agregar o outro no processo de desenvolvimento e torná-lo parte do complexo comunicativo e informativo, onde o código de ética da comunicação social baseada nos princípios da tolerância, do respeito, da pluralidade e do contraditório no âmbito das demais estruturas sociais é considerada como a chave de ouro de um programa que queira ser líder de audiência.

Rádio de preferência

Questionados sobre a rádio que os ouvintes preferem mais e o motivo de tal preferência, os participantes apresentaram discursos convergentes para uns e divergentes para outros, como se pode constatar nos dizeres dos mesmos:

“A rádio Malanje e a Nacional são as minhas favoritas. Porque nelas contém programas que nos fornecem aquilo que nós precisamos ouvir, saber, divertir e aprender” (Entrevistado-A, 29 anos de idade, 12ª classe).

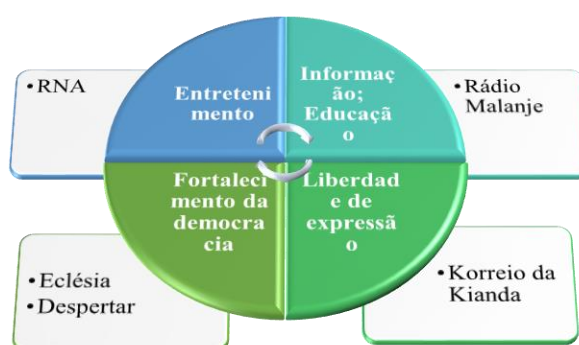
“A minha rádio preferida é a Eclésia. Porque dá muitas oportunidades aos jovens que não são do regime” (Entrevistado-B, 31 anos de idade, licenciado).

“As minhas rádios preferidas são a Despertar e a Eclésia. Porque transmitem muitos problemas sociais e muitas vezes nos libertam da dominação imposta pelo regime” (Entrevistado-C, 40 anos de idade, licenciado).

“Prefiro mais da rádio Eclésia e da Rádio Correio da Kianda (sempre que vou a Luanda). Porque transmitem os problemas reais do povo e ouvem todas as partes, diferente das demais que só falam que tudo está bom e mais dá voz aos que não são tidos e achados pela RNA” (Entrevistado-D, 57 anos de idade, técnico médio).

Regra geral, vários são os entendimentos extraídos dos discursos apresentados, vê-se um certo equilíbrio das rádios preferidas pelos ouvintes entrevistados e várias justificações que fundamentam as escolhas. Todavia, nesses discursos é possível identificar os papéis desempenhados pela comunicação social radiofônica no contexto angolano, mas a Figura 1 que se segue ilustra melhor as rádios preferidas, bem como os motivos que fundamentam as escolhas, que julgamos ser por um lado os papéis por excelência desempenhados pelos órgãos de comunicação social radiofônica. Por outro lado, as bases que permitem a conquista de novos espaços de audiência.

Figura 1 – Rádio preferida e motivos



Fonte: dados da pesquisa(2024–2025).

Na verdade, a análise que se faz em relação à Figura 1 é que a mesma permite captar a lógica dos discursos, percebe-se, de fato que, as Rádios Eclésia, Despertar, RNA, Malanje (no caso particular da Rádio Malanje, justifica-se tendo em conta a expansão do seu sinal à nível da província) e Correio da Kianda são as mais preferidas dos ouvintes envolvidos no estudo, tudo porque permitem a liberdade de expressão, a informação dos principais problemas sociais que fazem ecos e fatos, fortalecem a democracia e contribuem na educação social, sobretudo no aprendizado das línguas nacionais por parte da juventude e enriquecem o entretenimento do povo angolano.

Para uns a Rádio Eclésia e a Despertar são as que dão mais abertura aos jovens que não fazem parte do partido no poder, daí a necessidade de se despartidarizar os órgãos de comunicação social radiofônica, no sentido de não ser motivo de perda de audiência por parte da camada jovem e não só. Entretanto, à luz da teoria estrutural-funcionalismo da comunicação social inferiu-se que as rádios desempenham funções sociais de coesão social, fruto do processo de moralização social e dos saberes culturais e científicos que transmitem, uma vez que os seus programas são articulados à realidade social. Contudo, a expansão do sinal para o resto do território nacional e a modernização dos serviços radiofônicos alinhados à comunicação digital, ajudam no alcance de maior público de diferentes estratos sociais em diferentes pontos do país e na preferência dos programas produzidos.

Programas que as rádios precisam transmitir para contribuir no desenvolvimento sustentável do país

Questionados sobre os programas que as rádios precisam transmitir para contribuir no desenvolvimento sustentável do país, eles apresentaram as seguintes opiniões:

“Os programas que as rádios locais precisam transmitir para contribuir no desenvolvimento do país, são os programas que envolvem jovens fazedores de opinião e aplicando o princípio do contraditório” (Entrevistada-A, 29 anos de idade, 12ª classe).

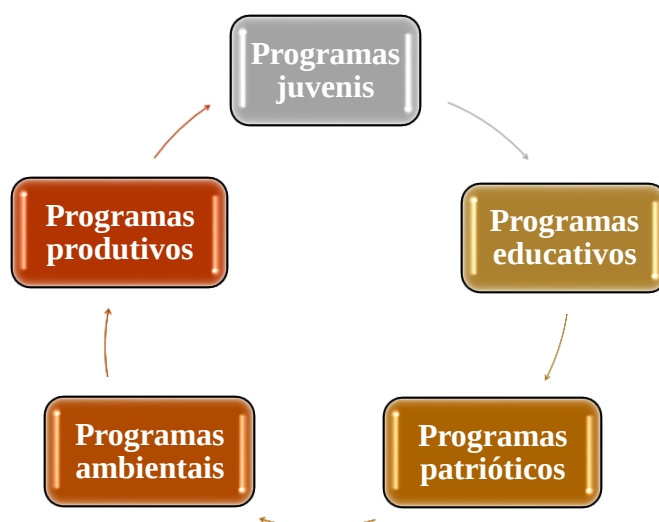
“Programas que possam abordar sobre o comportamento juvenil, que retratam sobre o abuso sexual a menores e que desencorajam a corrupção e o nepotismo” (Entrevistada-B, 37 anos de idade, licenciado).

“Para contribuir no desenvolvimento social do país, as rádios locais precisam transmitir programas especificamente de jovens falando mais da prostituição na adolescência e não só, do uso do álcool e de estupradores por excesso, e do roubo” (Entrevistado-C, 31 anos de idade, licenciado).

“As rádios locais precisam mais de transmitir programas que estimulam o amor à pátria, os cuidados com o meio ambiente e que estimulem os jovens a trabalhar a terra e não só” (Entrevistado-D, 60 anos de idade, técnico médio).

Os entrevistados são unânimes em afirmar que as rádios precisam transmitir programas variados, que congreguem às demais franjas sociais e que sirvam de fontes de transmissão de valores éticos, morais e cívicos. Mas, sobretudo programas que denotem a proteção do meio ambiente e a garantia dos principais direitos sociais, permitindo deste modo o amadurecimento da democracia, a participação ativa dos cidadãos à vida pública, o combate à corrupção e ao nepotismo que muito têm fragilizado o desenvolvimento do país. A Figura 2 ilustra melhor os programas que as rádios precisam de transmitir:

Figura 2 – Programas que as rádios precisam transmitir



Fonte: dados da pesquisa (2024–2025).

A análise que se faz em relação aos programas que as rádios precisam transmitir para contribuir no desenvolvimento sustentável do país são, afirmativamente, os que a figura ilustra, como fazem saber os participantes do estudo. Sobre os programas juvenis, com foco nos dizeres do primeiro entrevistado, nota-se a urgência da sua efetivação, uma vez que ouve-se constantemente no nosso país vários programas de rádio em que as análises são produzidas sem o contraditório, há toda a necessidade de envolver jovens analistas com linhas de pensamento divergente e jornalistas que prezem pelo contraditório dos fatos e das abordagens, no sentido de se produzirem análises transversais sobre os principais fatos que marcam a vida em sociedade, incluindo os políticos, econômicos, culturais, ambientais etc.

Em relação à necessidade dos programas educativos, é no sentido de agregarem mais valores éticos e morais, pois vivemos num mundo onde o comportamento manifestado pelos jovens e não só é cada vez mais desviante. Assim, os programas educativos precisam abordar questões atuais, a saber: o abuso sexual, a prostituição, a delinquência, o uso de substâncias psicotrópicas, a valorização das nossas línguas nacionais, o combate à corrupção, ao nepotismo, à ociosidade por parte dos jovens etc.

Ao passo que, os programas patrióticos são necessários no sentido de se cultivar aos mais novos o conceito de amor à pátria. Atualmente, o patriotismo é um tema de debate público que tem levantado várias vozes, pois assiste-se comumente a vandalização dos bens públicos. Os programas ambientais são no sentido de se informar a necessidade da preservação do meio ambiente, vemos todos os dias comportamentos que põem em risco a existência da espécie humana, animal e vegetal; prova disso, por exemplo é a existência de resíduos sólidos colocados em solo aberto pelo homem pobre de educação, e muitos colocam fogo no meio ambiente por conta de algumas práticas culturais, como a caça e a agricultura. Todavia, as rádios locais precisam difundir mais programas que estimulam a produção nacional. Hoje, muitos são os jovens que ficam na ociosidade por falta de estímulos produtivos, temos ricos solos, se forem bem aproveitados, facilmente, erradicar-se-á a fome que tem ceifado muitas vidas e permitirá o fomento da empregabilidade.

Com efeito, recorrendo à teoria estrutural-funcionalista da comunicação social percebe-se claramente que a informação veiculada via comunicação social, no caso particular das rádios em Angola, sendo uma só para um vasto conjunto de indivíduos pode surtir efeitos diversos consoante às representações simbólicas dos fatos, porque a maneira de como se transmite a informação representa interesses diversos entre os agentes sociais (Nascimento, 1999). Como já o dissemos, a comunicação radiofônica simboliza um processo que envolve a troca de informações entre pessoas, e que utiliza os sistemas simbólicos como suporte para este fim. Por conseguinte, é uma das ferramentas importantes no planeamento de uma estratégia de *marketing* visando sempre o alcance de certos objetivos socialmente justificados com vista à cristalização da credibilidade social de toda a informação produzida e difundida por meio dos seus programas.

Considerações finais

Revela-se sempre necessário considerar que o trabalho científico colocado à estampa é resultado de uma investigação mista alicerçada tanto do ponto de vista metodológico como do ponto de vista conceitual. Depois de uma exaustiva reflexão sobre *O papel da comunicação social radiofônica no contexto angolano*, agrada-nos concluir nos seguintes entendimentos:

Estamos convictos que a temática é bastante relevante porque carece de maior atenção investigativa de outros especialistas, sobretudo os formados na área do jornalismo, para que os fatores bastantes significativos de oposição à inclusão de vozes contraditórias no jornalismo radiofônico angolano sejam desencorajados, pois catalisam o fenômeno de exclusão de muitos ouvintes em matérias de pluralidade e isenção jornalística, de forma a levar o verdadeiro papel da comunicação social radiofônica. Por seu turno, numa visão daquilo que os sujeitos almejam da rádio, os mesmos apresentam várias visões sobre os programas que as rádios precisam transmitir com maior incidência aos de educação ambiental, patrióticos, produtivos e os de educação cívica.

Neste sentido, os objetivos da pesquisa foram, realmente, alcançados, uma vez que é visível observarmos nos resultados acima apresentados os fundamentos acerca do papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social radiofônico. Ora, os objetivos foram alcançados nas três principais vertentes sob o qual o estudo abrangeu; diante dos resultados produzidos, tal como se pode constatar acima, considera-se que essa produção científica apresenta vários saberes que visam aprofundar mais a compreensão e a conscientização dos profissionais de comunicação e não só em torno desta temática social que afeta a comunicação social radiofônica angolana, onde destacamos que o papel da rádio por excelência é a informação e a educação social, que é produzida e controlada por eles.

Percebeu-se naquilo que são as análises produzidas que os ouvintes constituem o grupo mais vulnerável das informações veiculadas pelos meios de comunicação social radiofônica pelos atos visíveis e não visíveis das pessoas em seu redor, entretanto, os elevados níveis de informações que se produz a nível dos programas já existentes necessitam permanentemente de melhoramento, no sentido de congregarem as preferências dos ouvintes, senão, muito facilmente os mesmos deixarão de ouvir muitos dos programas que não agreguem valores que a sociedade da informação exige na era da modernidade e do conhecimento, onde a comunicação digital é para muitos uma outra via de refúgio com o propósito de se comparar a relação existente entre imagens e discursos.

Dito de outro modo, nos escritos do jornalista angolano Ismael Mateus (2003) permitiu-nos inferir que os órgãos de comunicação social radiofônico são um público importante a considerar nas estratégias de comunicação, que têm como objetivo promover uma mudança, especialmente, junto de um elevado número de pessoas (ouvintes), que de outra forma, não poderiam ser envolvidas nas mensagens principais, quer seja uma alteração ao nível do conhecimento ou do comportamento. A escolha do programa e do órgão radiofônico mais adequado face aos dados ora apresentados, pensamos nós que depende amplamente das estratégias de comunicação alinhadas com os principais públicos que se quer atingir, já que cada órgão de comunicação social radiofônico tem um perfil de audiência diferente. Razão pela qual, notamos um certo desequilíbrio entre as rádios que foram objeto de investigação, no quesito preferência dos ouvintes.

Portanto, parece hoje ser inquestionável a importância da comunicação radiofônica no contexto angolano, sobretudo dentro da sociedade, por trabalhar na divulgação da informação e na divulgação dos valores sociais, como o respeito e a tolerância. Pode-se concluir ainda que o poder do processo da comunicação e, em especial da publicidade, estão hoje no cerne das mudanças sociais. Por isso, os seus programas, devem ser de alta qualidade, no sentido de ombrearem com os demais órgãos radiofônicos nacionais existentes em Angola, senão, o risco de perder maior número de ouvintes e de audiência torna-se eminente e fatual.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. N.; FONTOURA, M.; ANTONIUTTI, C. L. **Mídia e produção audiovisual**. 2. ed. Curitiba: XIBPEX, 2011.

ANGOLA. **Diário da República**: órgão oficial da República de Angola. Luanda, 23 jan. 2017.

ARAGÃO, J. W.; NETA, M. A. **Metodologia científica**. Salvador: XBPEX, 2017.

BITTENCOURT, J. **Sociologia**. 3. ed. Brasília: CIED, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175043/2/Material%20Completo%20-%20Sociologia%203%20-%20PDF.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CAETANO, J.; CRUZ, R.; PORTUGAL, M.; DINIS, R.; MATOS, P. **Marketing e comunicação**: uma nova realidade. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

CARDOSO, G. **Os media na sociedade em rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

COSTA, M. V. **Rádio, um meio de comunicação eficiente**. 2006. 58 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1394/2/20317100.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DANTON, G. **Metodologia científica**. 3. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

ENDIER, S.; ESPINDOLA, P. M. **Teorias da Comunicação**. São Leopoldo: Escola da Indústria Criativa/Unisinos, 2014.

FEIJÓ, C. M. **Constituição da República de Angola**: enquadramento teórico e trabalhos preparatórios. Coimbra: Almeida, 2015.

FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. G. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FREITAS, A.; GOLAMBOLE, G. **Educação para a cidadania**: um exercício consciente de participação activa na vida pública. Malanje: Musseleje, 2024.

GOTTIFRIED, S. **Para uma teoria sociológica da comunicação**. Salvador: Facom/UFBa, 2001. Publicação eletrônica.

HEBERLÊ, A. **A comunicação social como fator de desenvolvimento**. Brasília: Nacional, 2013.

HOHLFELDT, A.; CARVALHO, C. C. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. **Intercom-RBCC**, São Paulo, n. 35, 2012. Disponível em:

https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/pt_BR/article/view/1445/1440. Acesso em: 12 ago. 2024.

KLAPPER, D. **Os efeitos da comunicação de massa**. v. 4. Rio de Janeiro: Nacional, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LUHMANN, N. **The reality of the mass media**. United States: Stanford University Press, 2000.

LASSELL, A. H. **A estrutura e a função da comunicação na sociedade**. São Paulo: SENAC, 1978.

LUACUTI, A. **A génese da Constituição angolana de 2010: o jornalismo ao serviço do direito**. Luanda: Mayamba, 2014.

MANERA, S. B. **Importância das Rádios na Reconstrução de Angola Pós-guerra Civil: análise da Rádio Nacional de Angola, Rádio Ecclésia e Luanda Antena Comercial**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30270/1/TRABALHO%20COMPLETO%20%28oficial%29.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

MATEUS, I. Papel dos MCS na construção e reconstrução nacional. *In: WORKSHOP DA ADRA/FES*, 9 out. 2003, Angola, 2003.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005.

NASCIMENTO, J. R.; BALOI, O. **Introdução à Sociologia: problema social e problema sociológico**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1984. Disponível em: <https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**. Nairobi, 1981. Disponível em: <https://au.int/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PARSONS, T. **The social system**. London. Routledge, 1991.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J. SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

RUBINGTON, E.; WEINBERG, M. S. D. **The interactionist perspective**. United States: Pearson & Bacon, 2008.

SANTOS, J. R.; BALOI, O. **Introdução à Sociologia: problema social e problema sociológico**. Moçambique. Universidade Eduardo Modlane. 1999. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/2020%20Problema%20Social,%20Problema%20Sociolo%CC%81gico%20-%20Copy.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SERRA, J. P. **Manual de Teoria da Comunicação**. Covilhã: Livros Labcom/Universidade da Beira Interior, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, F. A. **Manual de fundamentos: comunicação social**. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2017.

TRANQUINA, N.; NELSON, S. **Manual de introdução a comunicação social**. 4. ed. Santa Catarina: Insultar, 2019.

VUNGE, A. **Dos mass média em Angola: uma contribuição para a sua compreensão histórica**. Luanda: Mayamba, 2006.

WEZMAN, A. J. **Comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: INTERCOM, 2008.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZASSALA, C. **Iniciação a investigação científica**. 1. ed. Luanda: Mayamba, 2012.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Aos caríssimos Agostinho Canda Maurício e Nelson Emílio, linguistas com quem tive a honra de trabalhar, manifesto a minha eterna gratidão pelas correcções ortográficas dos textos que integram deste artigo. À Equipe da Revista *Sem Aspas*, em especial aos seus editores Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno e Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz, pelo trabalho dedicado. Do mesmo modo, agradeço à Assistente Editorial, Doutora Vanessa Sales, pela atenção prestada. Sem esquecer Sheila e Weza, meus amores, pela atenção e paciência demonstrada.
 - ☐ **Financiamento:** Não.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não.
 - ☐ **Aprovação ética:** Sim: No plano ético, a investigação respeitou os princípios fundamentais da pesquisa no âmbito das ciências sociais. Todos os participantes foram devidamente informados acerca dos objetivos do estudo, dos procedimentos de recolha de dados e do carácter voluntário da sua participação. Foi igualmente garantido o anonimato e a confidencialidade das informações, recorrendo-se à utilização de códigos para a identificação dos entrevistados.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não.
 - ☐ **Contribuição do autor:** Este artigo contou com a produção exclusiva do autor em todas as suas etapas de elaboração no período entre 2024 e 2025.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

